



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO **PODER** **JUDICIÁRIO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA
TCE-SC 020/2015

2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO **PODER** **JUDICIÁRIO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA
TCE-SC 020/2015

2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	05
ROL DE RESPONSÁVEIS.....	06
COMPOSIÇÃO	07
PRODUTIVIDADE.....	13
CONTAS PÚBLICAS	40
ANEXOS	92

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2022 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Tribunal de Justiça está obrigado, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n. 20/2015-TCE/SC.

Desembargador João Henrique Blasi

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.845.701/0001-59

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina ,
CEP 88020-901

Telefone: 3287-1000

Home: www.tjsc.jus.br

Legislação:

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – Lei Estadual
n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, com alterações posteriores.

ROL DE RESPONSÁVEIS

Nome: Ricardo José Roesler

CPF: 311.246.909-72

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Torre II, 8.º andar,
Florianópolis, Santa Catarina,
CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) – Autoridade máxima da
unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 415, do dia 4 dezembro de 2019

Posse em 31/1/2020, Sessão Solene n. 417

Período de gestão no exercício: 31/1/2020 a 1º/2/2022

Nome: João Henrique Blasi

CPF: 341.758.579-15

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina,
CEP 88020-901

Telefone: 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo:

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE nº 20/2015) – Autoridade máxima da unidade
jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 430, do dia 1º de dezembro de 2021

Posse em 2/2/2022, Sessão Solene n. 432

Período de gestão no exercício: 2/2/2022 a 31/1/2024

COMPOSIÇÃO

Desembargadores

Pedro Manoel Abreu

Luiz César Medeiros

Sérgio Roberto Baasch Luz

Antonio do Rêgo Monteiro Rocha

José Antônio Torres Marques

Ricardo Orofino da Luz Fontes

Salim Schead dos Santos

Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Cid José Goulart Júnior

Jaime Ramos

Alexandre d'Ivanenko

Sérgio Izidoro Heil

José Carlos Carstens Köhler

João Henrique Blasi, Presidente

Jorge Luiz de Borba

Rejane Andersen

Jânio de Souza Machado

Soraya Nunes Lins

Raulino Jacó Brüning

Roberto Lucas Pacheco

Jairo Fernandes Gonçalves

Luiz Fernando Boller

Paulo Roberto Sartorato

Tulio José Moura Pinheiro

Carlos Alberto Civinski

Ricardo José Roesler

Robson Luz Varella

Sérgio Antônio Rizelo

COMPOSIÇÃO

Denise Volpato, Corregedora-Geral da Justiça
Getúlio Corrêa, 2º Vice-Presidente
Sebastião César Evangelista
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva
Rogério Mariano do Nascimento
Altamiro de Oliveira, 1º Vice-Presidente
Saul Steil
Newton Varella Júnior
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Bruggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubialli
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz, Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto
André Carvalho
Cynthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira

COMPOSIÇÃO

Gerson Cherem II, 3º Vice-Presidente

Dinart Francisco Machado

Rosane Portella Wolff

Denise de Souza Luiz Francoski

Artur Jenichen Filho

Vilson Fontana

Luiz Cesar Schweitzer

Luiz Neri Oliveira de Souza

Norival Acácio Engel

Helio David Vieira Figueira dos Santos

Júlio César Machado Ferreira de Melo

José Agenor de Aragão

Sidney Eloy Dalabrida

Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva

Hildemar Meneguzzi de Carvalho

Álvaro Luiz Pereira de Andrade

Luiz Antônio Zanini Fornerolli

Haidée Denise Grin

Selso de Oliveira

Antônio Zoldan da Veiga

Carlos Roberto da Silva

Osmar Nunes Júnior

Luiz Felipe Siegert Schuch

José Maurício Lisboa

Bettina Maria Maresch de Moura

Ana Lia Moura Lisboa Carneiro

Flavio Andre Paz de Brum

Sandro José Neis

Eduardo Mattos Gallo Júnior

Diogo Nicolau Pítsica

COMPOSIÇÃO

Marcos Fey Probst

Sílvio Dagoberto Orsatto

Edir Josias Silveira Beck

Roberto Lepper

Márcio Rocha Cardoso

João Eduardo De Nadal

DIRIGENTES

(Biênio 2022/2024)

Presidência

Desembargador João Henrique Blasi

Primeira Vice-Presidência

Desembargador Altamiro de Oliveira

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargadora Denise Volpato

Segunda Vice-Presidência

Desembargador Getulio Corrêa

Terceira Vice-Presidência

Desembargador Gerson Cherem II

Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Rubens Schulz

Coordenadoria de Magistrados

Juiz Bruno Makowiecky Salles

COMPOSIÇÃO

Juizes Auxiliares

Juíza Iolanda Volkmann, Presidência – Núcleo Administrativo

Juiz Maurício Cavalazzi Póvoas, Presidência – Núcleo Jurídico

Juiz Rafael Sandi, Presidência – Núcleo Financeiro

Juiz Leandro Passig Mendes, 1ª Vice-Presidência

Juizes Corregedores

Juiz Marlon Negri, Núcleo I

Juiz Rafael Steffen da Luz Fontes, Núcleo II

Juiz Rodrigo Coelho Rodrigues, Núcleo III

Juiz Rafael Maas dos Anjos, Núcleo IV

Juiz Mauro Ferrandin, Núcleo V

Gabinete da Presidência

Rafael de Mello, Coordenador e Oficial de Gabinete

Fernanda do Nascimento Müller de Villamartin, Chefe de Gabinete

Claudia Margarida, Oficial de Gabinete

Chefe da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Fabiola Monteiro Caetano Sebastiani

Casa Militar

Coronel PM Fábio José Martins, Chefe

Tenente-Coronel PM Cristiano Medeiros, Subchefe

Diretoria-Geral Administrativa

Alexsandro Postali

Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

COMPOSIÇÃO

Diretoria de Gestão de Pessoas

Lucas Veit Braun

Diretoria de Infraestrutura

Rafaela Carla Vitorino

Diretoria de Material e Patrimônio

Graziela Cristina Zanon Meyer Juliani

Diretoria de Orçamento e Finanças

Eduardo Cardoso Silva

Diretoria de Saúde

Graciela de Oliveira Richter Schmidt

Diretoria de Tecnologia da Informação

Daniel Moro de Andrade

Diretoria-Geral Judiciária

Maurício Walendowsky Spricigo

Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual

Tatiana Costa Cassio

Diretoria de Documentação e Informações

Ricardo Albino França

Diretoria de Recursos e Incidentes

Boris Leonel Kruger

Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau

Marcos Fernandes Pereira Raccioppi

PRODUTIVIDADE

1.PRODUTIVIDADE

A expansão e a consolidação do projeto de *Business Intelligence (BI)* permitiram acompanhar e analisar os principais indicadores de desempenho da instituição. Abaixo estão listados alguns deles, agrupados por segmentos da Justiça Estadual, seguindo o padrão adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A ferramenta de análise de dados disponibilizada aos magistrados e servidores oferece uma ampla variedade de gráficos, que permitem enriquecer substancialmente o conhecimento sobre o comportamento processual e, assim, contribuir com o processo decisório e a gestão das unidades judiciais.

Destacam-se dados sobre a entrada de novos processos, os julgamentos realizados e o acervo processual, cuja análise nos deteremos nas seções a seguir. Os dados das estatísticas processuais são diariamente coletados, compilados e disponibilizados em painéis de análise de dados (BI) pelo Núcleo de Estatística e Análise de Dados (NEAD), da ASPLAN, e pelo Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas e Estatística (NUMOPEDE), da Corregedoria-Geral da Justiça.

›1.1.Visão Consolidada do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC)

Ter uma visão holística da instituição é essencial no processo decisório e elemento em destaque dentro da governança corporativa.

Antes de avaliarmos especificamente nossas unidades e estruturas, precisamos nos entender como Poder Judiciário uno, integrado ao Estado e seus Poderes constituídos, focado na augusta missão de “Promover a solução de conflitos com efetividade”, fazendo justiça, dando a cada um aquilo que é seu.

Queremos ser reconhecidos cada vez mais como uma organização confiável funcional e inovadora. Para tanto, olhar o desempenho global, periodicamente, tem sido uma das práticas consolidadas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina por meio das Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs e de Boletins Informativos.

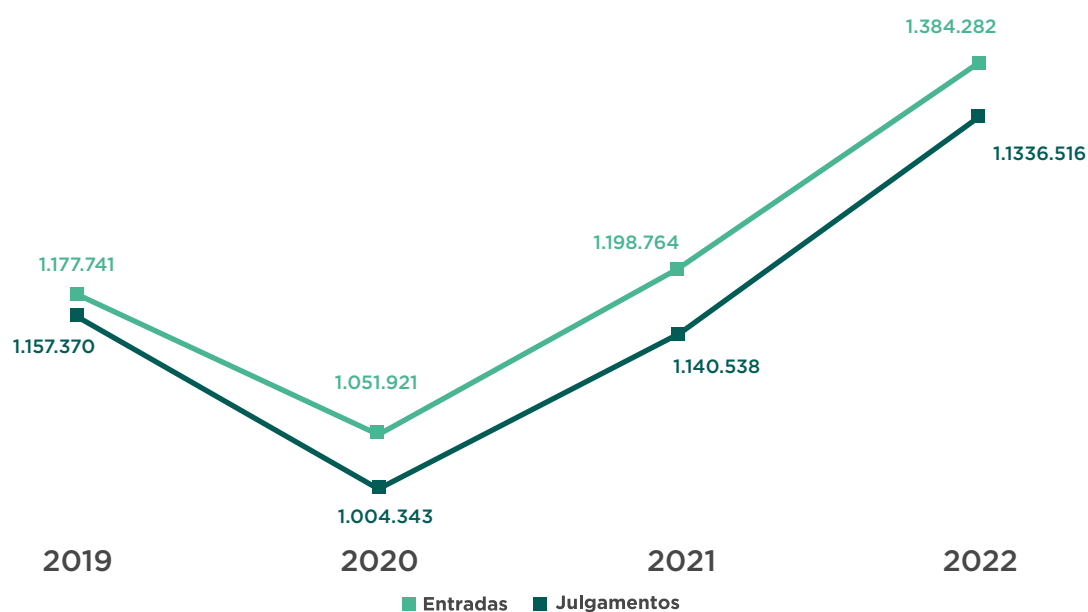
O gráfico a seguir, que mede a relação entre entradas e julgamentos do quadriênio 2019-2022, somando-se o primeiro grau comum, os juizados especiais, o segundo grau e as turmas recursais, costuma ser o ponto de partida da análise.

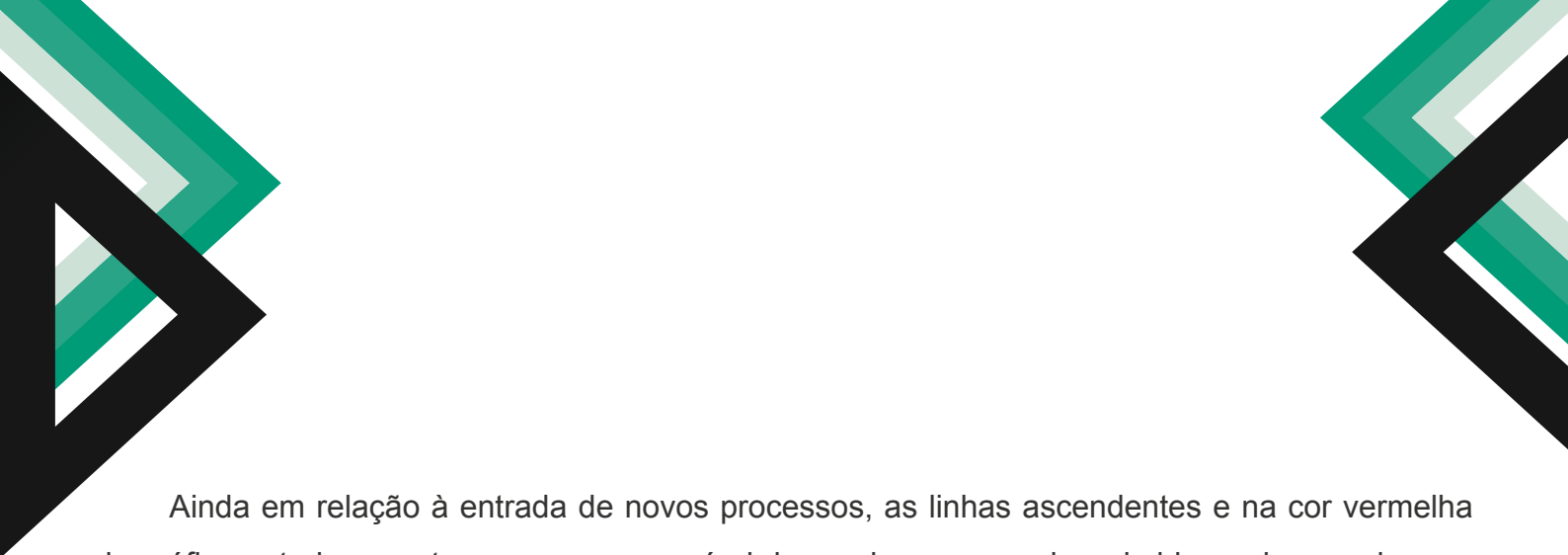
A partir dele, podemos detectar, por exemplo, a notória e crescente litigiosidade do Estado. No último ano, cerca de 1.38 milhão de processos ingressaram no Judiciário barriga-verde.

Considerando dados preliminares do Censo 2022 do IBGE, Santa Catarina tem população estimada em 7.7 milhões de habitantes. Isso nos permite inferir que, a cada 5.5 habitantes, um deles entrou com uma ação judicial no ano de 2022.

No mesmo norte, o Relatório Justiça em Números 2022 do CNJ ratifica a litigiosidade em Santa Catarina, apontando o estado com o maior índice da região sul e dentre os Tribunais de porte médio.

No país, de acordo com o CNJ, temos a terceira maior litigiosidade, atrás apenas dos estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul.





Ainda em relação à entrada de novos processos, as linhas ascendentes e na cor vermelha do gráfico anterior apontam para uma possível demanda processual reprimida, onde, a cada ano, à medida que a nossa capacidade produtiva cresce, a demanda cresce em proporção similar ou superior. Para ilustrar tal afirmação, o cotejo dos números apresentados indica crescimento nas entradas, em 2022, na ordem de 15.48% quando comparado a 2021 e de 17.5% comparado ao período pré-pandemia.

Diante da alta demanda processual, a resposta do Poder Judiciário merece atenção e destaque. A linha verde do gráfico anterior mostra uma expressiva quantidade de julgamentos, representados aqui como o somatório das sentenças, acórdão e decisões monocráticas terminativas de 2º grau.

Em 2022, o Poder Judiciário de Santa Catarina julgou 1.33 milhão de processos, quantitativo 17.18% superior ao ano anterior e 15.48% maior que o período pré-pandemia.

A alta produtividade classifica o PJSC, segundo Relatório Justiça em Números do CNJ, com a maior produtividade dos magistrados da região sul e também dentre os Tribunais de porte médio.

Na esfera nacional, por sua vez, nossos magistrados ficam abaixo apenas do RJ, ocupando segundo lugar no ranking de produtividade.

Tal cenário, impacta positivamente outros indicadores medidos pelo CNJ, dentre os quais destaca-se o Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-Jus, que busca relacionar produtividade e eficiência.

Neste indicador, pelo terceiro ano consecutivo, o PJSC é classificado com grau máximo de 100%, ou seja, com os recursos que temos disponíveis, nenhum outro Tribunal consegue produtividade maior daquela medida em SC.

Ainda observando o gráfico anterior, importante destacar a relação entre as duas medidas em análise: entradas e julgamentos.

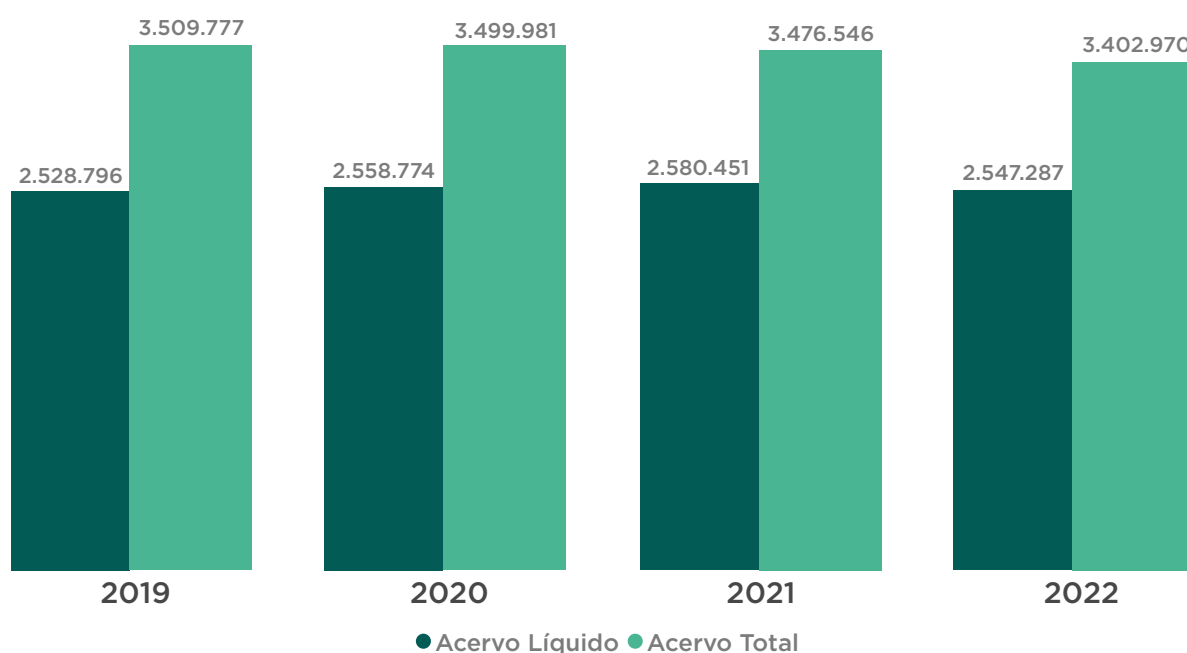
Numa análise perfunctória, é razoável inferir que a quantidade de entradas superior a quantidade de julgamentos que se observa na imagem indique crescimento do acervo e, portanto, ineficiência do PJSC em todo quadriênio 2019-2022.

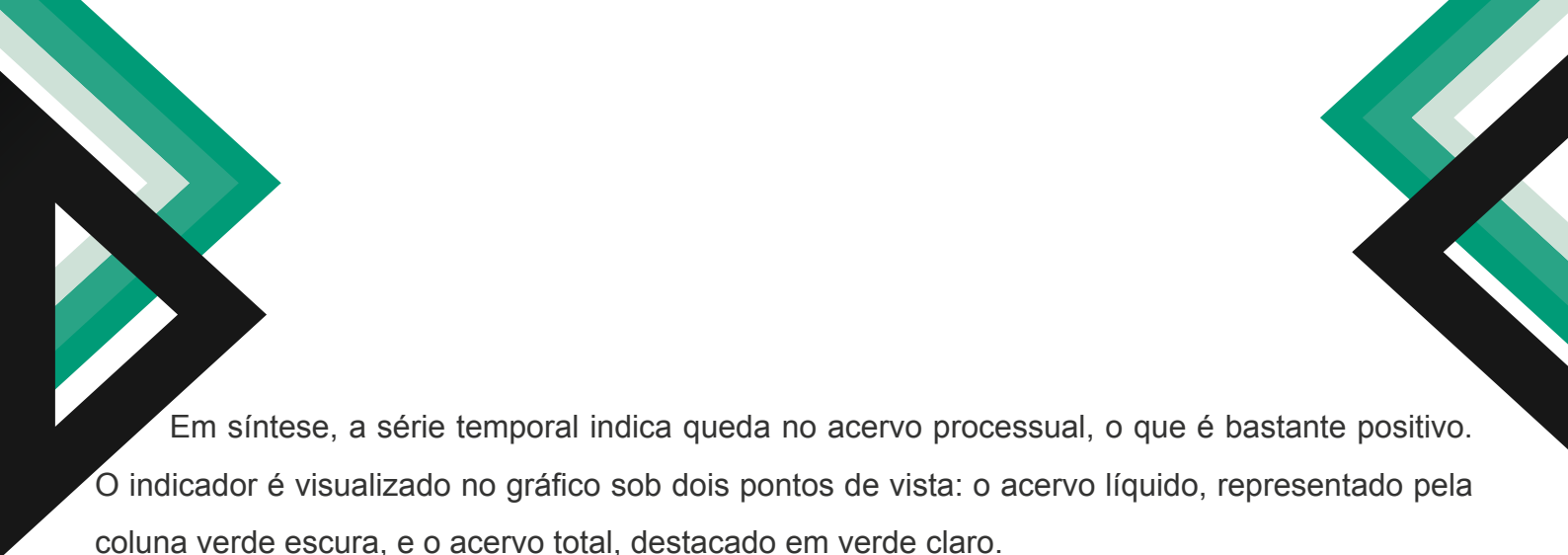


Todavia, essa conclusão não é necessariamente válida, pois há outros indicadores que precisam ser explorados para aferição do atendimento à demanda, como, por exemplo, a quantidade de processos baixados, que mede quantos processos foram arquivados definitivamente, ou foram encaminhados para outros ramos de Justiça. Ou, ainda, que foram remetidos para outras instâncias.

Ademais, é preciso esclarecer que nem todo processo se extingue por julgamento.

Na área criminal, por exemplo, a abertura de algumas classes processuais acaba não evoluindo para uma ação penal e é extinguido sem a necessidade de julgamento. Os diferentes caminhos de baixa processual são frequentes e impactam diretamente no acervo processual, cujo comportamento é apresentado na imagem a seguir.





Em síntese, a série temporal indica queda no acervo processual, o que é bastante positivo. O indicador é visualizado no gráfico sob dois pontos de vista: o acervo líquido, representado pela coluna verde escura, e o acervo total, destacado em verde claro.

O acervo processual representa o labor que a sociedade catarinense confere diuturnamente ao PJSC e reclama nossa atuação. A totalidade do acervo quantifica os processos ativos, portanto, aqueles que ainda não foram baixados.

Entretanto, nem todos os processos ativos são passíveis de ação direta, como por exemplo, execuções que aguardam algum tipo de prazo para cumprimento e os casos de repercussão geral, que aguardam decisão dos Tribunais superiores.

Estes processos normalmente ficam suspensos, aguardando uma ação externa ao PJSC para que possam ser novamente impulsionados. Assim, o acervo líquido nada mais é do que o acervo total, descontados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório. Para a gestão de uma unidade judicial, costuma ser a medida mais utilizada, justamente por representar os processos onde os colaboradores podem atuar de modo incisivo.

Ao analisarmos o comportamento do acervo no último quadriênio percebe-se uma leve queda no período.

Em 2022, o acervo total apresentou um decréscimo na ordem de 73.5 mil processos quando comparado a 2021 e decréscimo de 106.8 mil processos quando comparamos com o ano de 2019 (pré-pandemia).

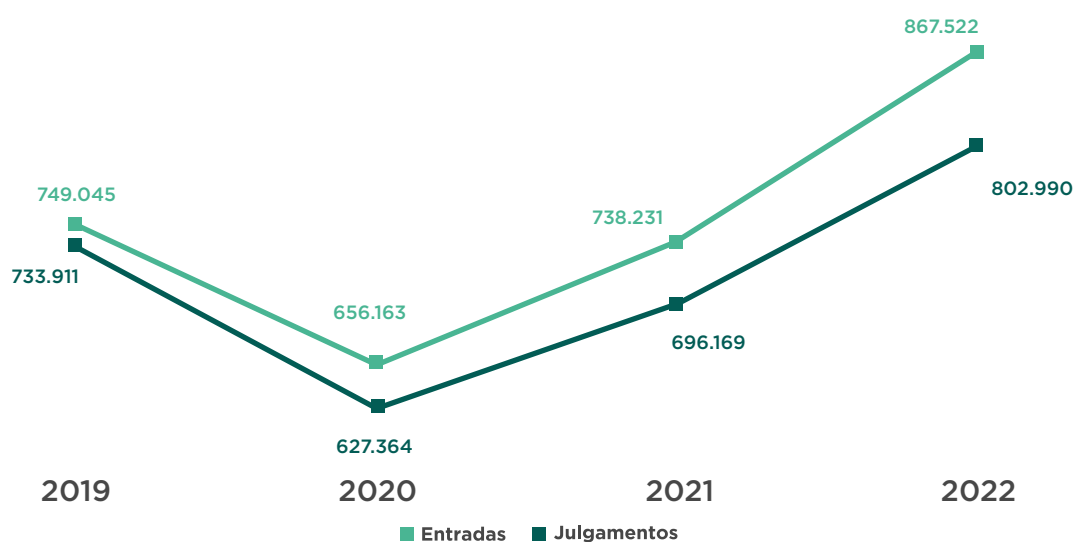
Em dezembro de 2022, o PJSC possuía 3.4 milhões de processos ativos, dos quais 2.54 milhões compunham o acervo líquido. Estes números indicam um dos grandes desafios do PJSC: as elevadas taxas de congestionamentos, que limitam a celeridade processual.

Nas seções a seguir, desdobraremos os números anteriores, segmentados em quatro visões: primeiro grau comum, juizados especiais, segundo grau e turmas recursais. Esta segmentação é amplamente utilizada pelo CNJ em seus relatórios e permite uma melhor compreensão das instâncias internas do PJSC.

Por meio desse detalhamento é possível, por exemplo, identificar, mesmo num nível macro, onde está a concentração processual, possíveis gargalos e pontos de atenção nas diversas fases do processo.

1.2. Primeiro Grau Comum

O primeiro grau comum é constituído por todas as demandas submetidas às unidades judiciais de primeiro grau, exceto aquelas que seguem o rito dos Juizados Especiais, em conformidade com a Lei número 9.099/95. As imagens a seguir apresentam o comportamento dos quatro indicadores ora em análise: entradas, julgamentos, acervo total e acervo líquido.

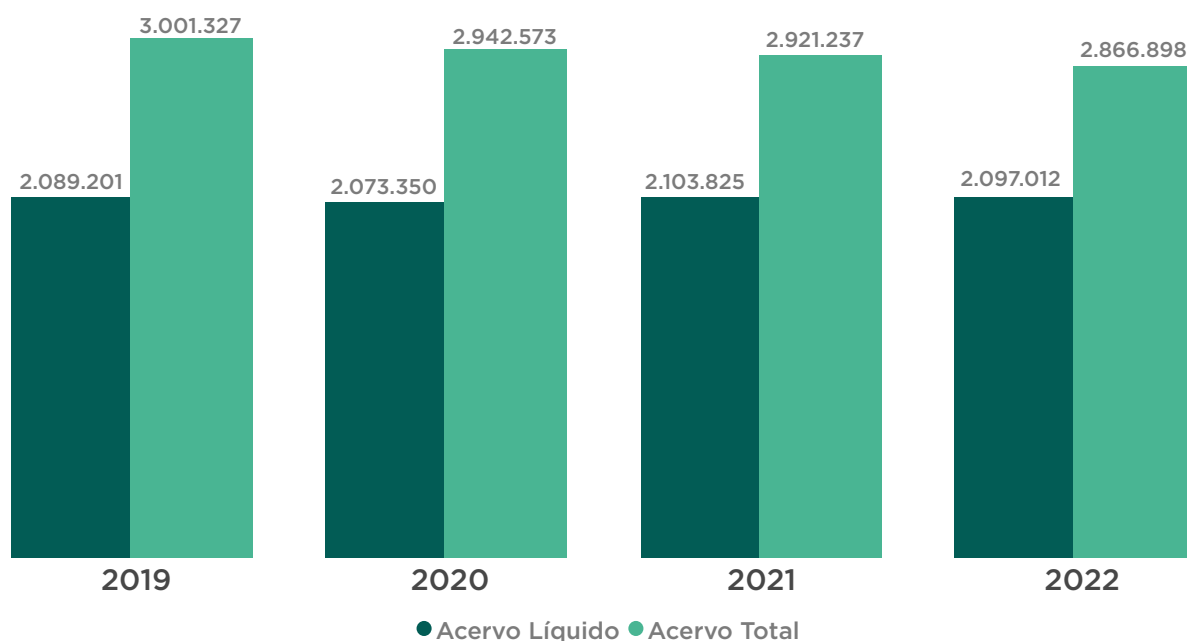


Para uma melhor compreensão, o gráfico anterior apresenta o comportamento da entrada processual e dos julgamentos ao longo do quadriênio 2019-2022.

A linha verde clara indica o total de entradas a cada ano e representa a quantidade total de processos distribuídos nas unidades de primeiro grau, sem considerar, conforme mencionado, aqueles que seguem o rito dos Juizados Especiais.

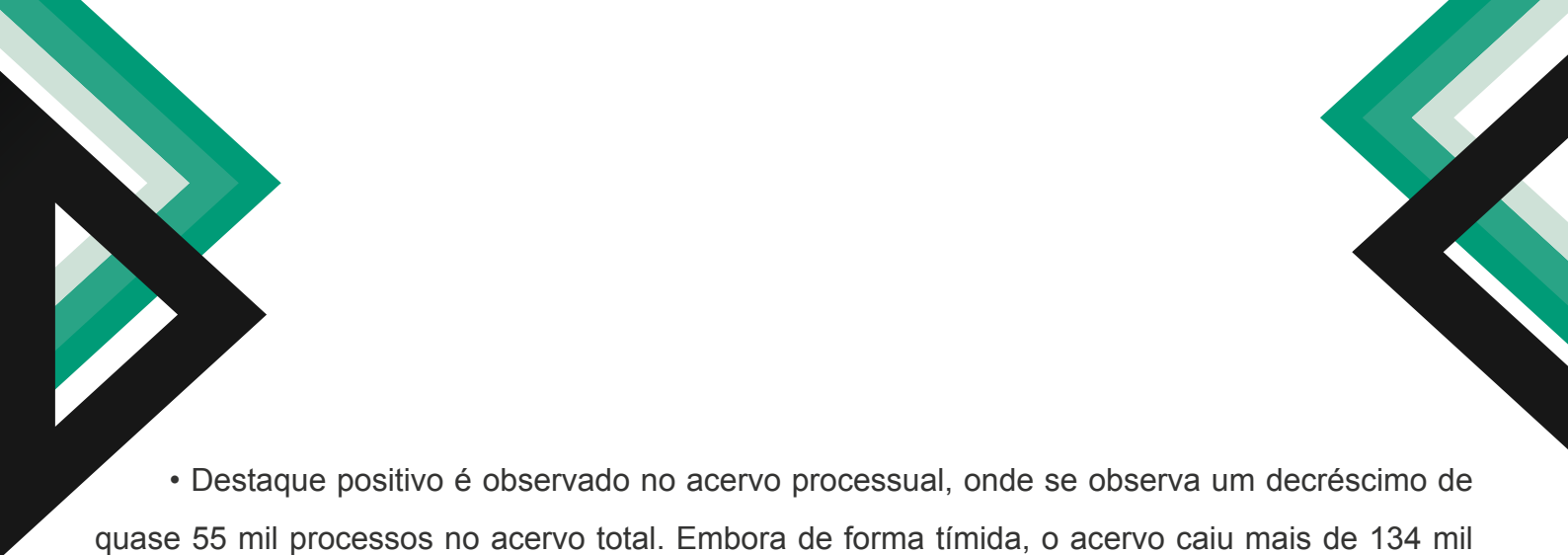
A linha verde escura quantifica os julgamentos, representados pela quantidade de sentenças. Outrossim, o gráfico a seguir representa o comportamento do acervo para o período em análise: quadriênio 2019-2022.

A coluna na cor verde clara representa o acervo total e a coluna verde escura, o acervo líquido, que, conforme explicitado anteriormente, desconsidera aqueles processos que estão suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.



A partir dos gráficos anteriores do primeiro grau comum, merecem destaque:

- A alta litigiosidade no primeiro grau, em 2022, é mensurada ao observarmos um acréscimo de 17,51% na distribuição de processos ao compararmos com o ano anterior. Em termos absolutos, esse percentual significa quase 130 mil processos a mais que entraram em 2022.
- A produtividade é outro indicador com alto percentual de incremento. Em 2022, o acréscimo na quantidade de sentenças proferidas foi de 15,34% em relação a 2021. Em termos absolutos, o respectivo percentual representa 107 mil sentenças a mais em relação ao ano anterior, superando, inclusive, o desempenho pré-pandemia em cerca de 10%.



- Destaque positivo é observado no acervo processual, onde se observa um decréscimo de quase 55 mil processos no acervo total. Embora de forma tímida, o acervo caiu mais de 134 mil processos desde 2019 e denota o esforço interno para atender a demanda e diminuir as taxas de congestionamento.

- Ao calcularmos a representatividade do primeiro grau comum em relação a totalidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, observamos, em 2022:

- › 82,3% do acervo líquido

- › 84,2% do acervo total

- › 60,1% dos julgamentos

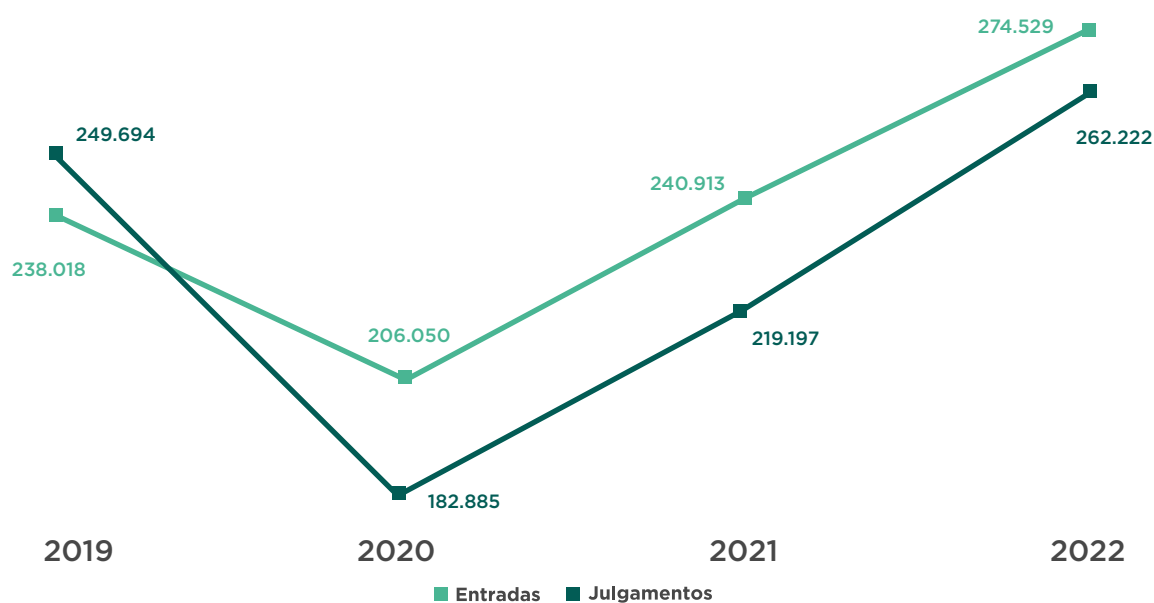
- › 62,7% da entrada

› 1.3. Juizados Especiais

Disciplinados pela Lei número 9.099/95, os Juizados Especiais são importantes instrumentos de acesso à Justiça, porquanto permitem ao cidadão resolver problemas de menor complexidade, norteados pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação, conforme prescreve o artigo 2º da respectiva Lei.

Nestes termos, a presente seção compreende exclusivamente as demandas submetidas às unidades judiciais de primeiro grau, cujo rito processual segue os pressupostos da Lei número 9.099/95.

As imagens a seguir apresentam o comportamento dos quatro indicadores ora em análise: entradas, julgamentos, acervo total e acervo líquido.

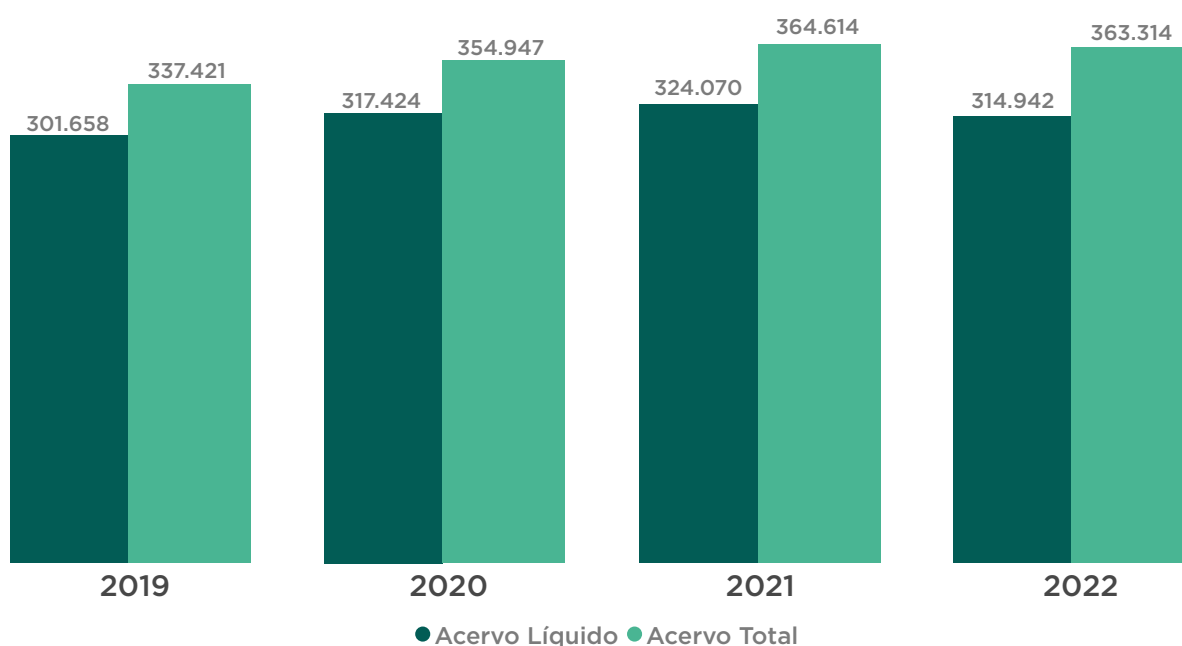


Para uma melhor compreensão, o gráfico anterior apresenta o comportamento da entrada processual e dos julgamentos ao longo do quadriênio 2019-2022.

A linha verde clara indica o total de entradas a cada ano e representa a quantidade total de processos distribuídos nas unidades de primeiro grau, que seguem apenas o rito dos Juizados Especiais, desconsiderando os demais.

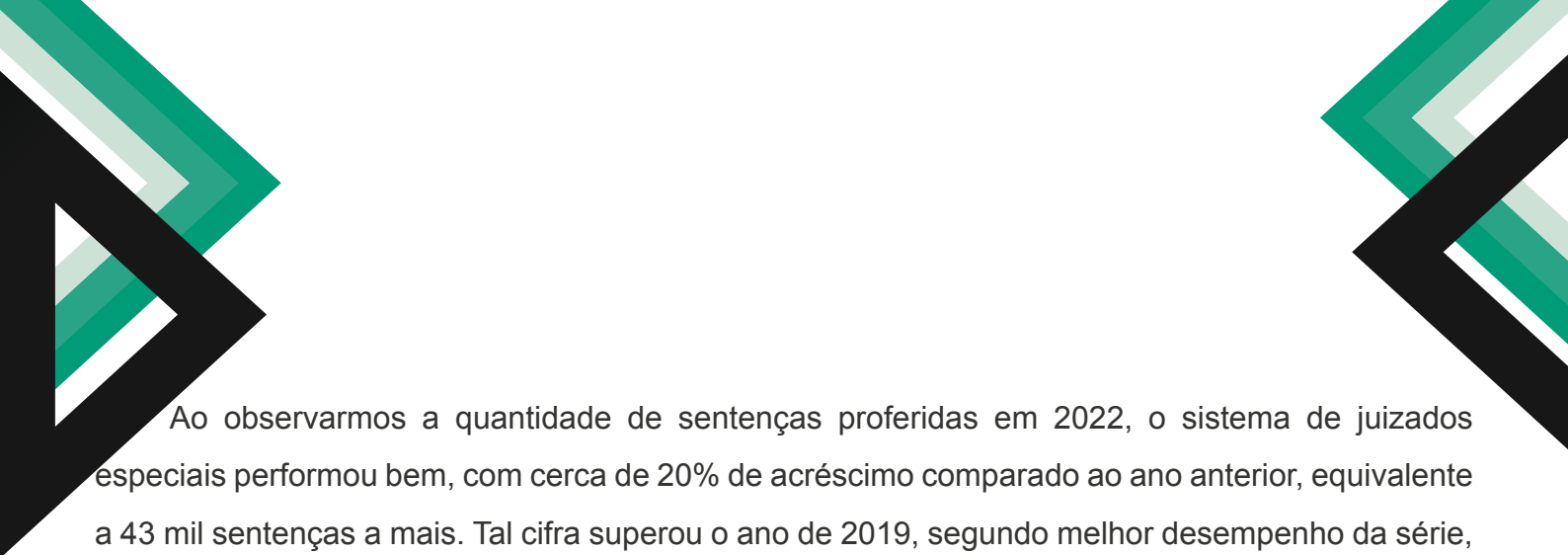
A linha verde escura quantifica os julgamentos, representados pela quantidade de sentenças. Outrossim, o gráfico a seguir representa o comportamento do acervo para o período em análise: quadriênio 2019-2022.

A coluna na cor verde clara representa do acervo total e a coluna verde escura, o acervo líquido, que, conforme explicitado anteriormente, desconsidera aqueles processos que estão suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.



A partir dos gráficos anteriores dos juizados especiais, merecem destaque:

De modo similar ao observado no primeiro grau, o sistema de juizados especiais, fortemente impactado pela pandemia, também experimentou alta litigiosidade em 2022. O acréscimo foi de quase 14% comparado ao ano anterior, o que equivale em termos absolutos a mais de 33.5 mil novas ações. Quando comparamos a 2019, ano pré-pandemia, o percentual de acréscimo superou pouco mais de 15%, o equivalente a 36.5 mil processos.



Ao observarmos a quantidade de sentenças proferidas em 2022, o sistema de juizados especiais performou bem, com cerca de 20% de acréscimo comparado ao ano anterior, equivalente a 43 mil sentenças a mais. Tal cifra superou o ano de 2019, segundo melhor desempenho da série, em quase 13 mil processos.

O indicador que mede o acervo processual líquido indica redução de pouco mais de 9 mil processos em 2022 comparado ao ano anterior, cifra equivalente a 2.82% a menos na quantidade de processos que precisam ser impulsionados pelo PJSC.

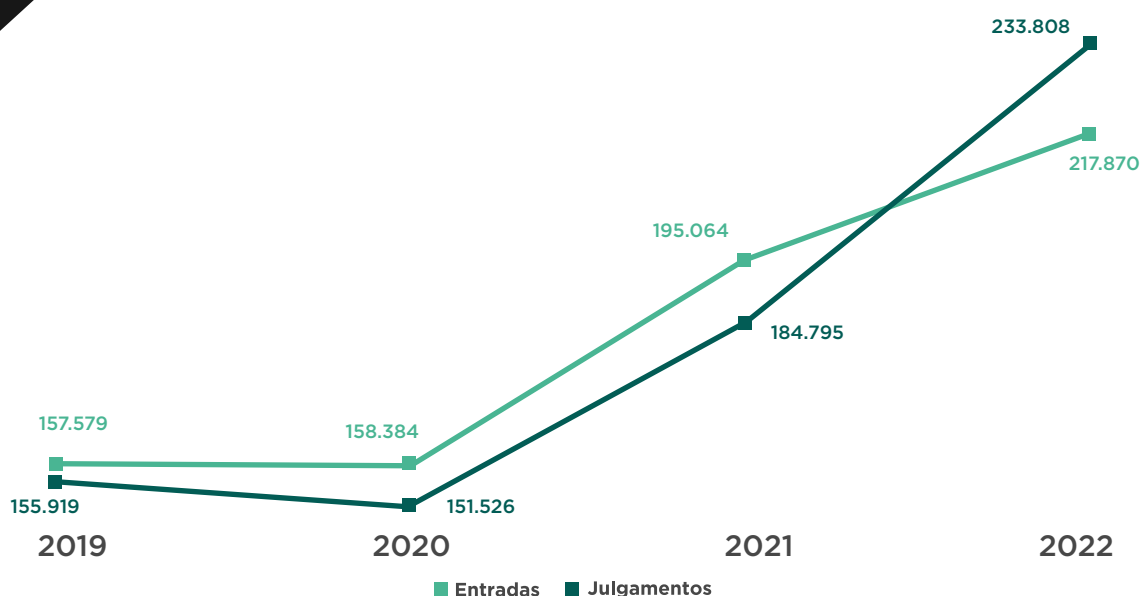
Ao calcularmos a representatividade do sistema de juizados especiais em relação à totalidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, observamos em 2022:

- › 12,4% do acervo líquido
- › 10,7% do acervo total
- › 19,6% dos julgamentos
- › 19,8% da entrada

›1.4. Segundo Grau

O segundo grau de jurisdição é a instância recursal do primeiro grau e que agrega o julgamento de algumas matérias específicas, classificados como processos originários de segundo grau, dentre os quais podemos citar os mandados de segurança, *habeas data* e processos envolvendo prefeitos, deputados estaduais e o governador do Estado.

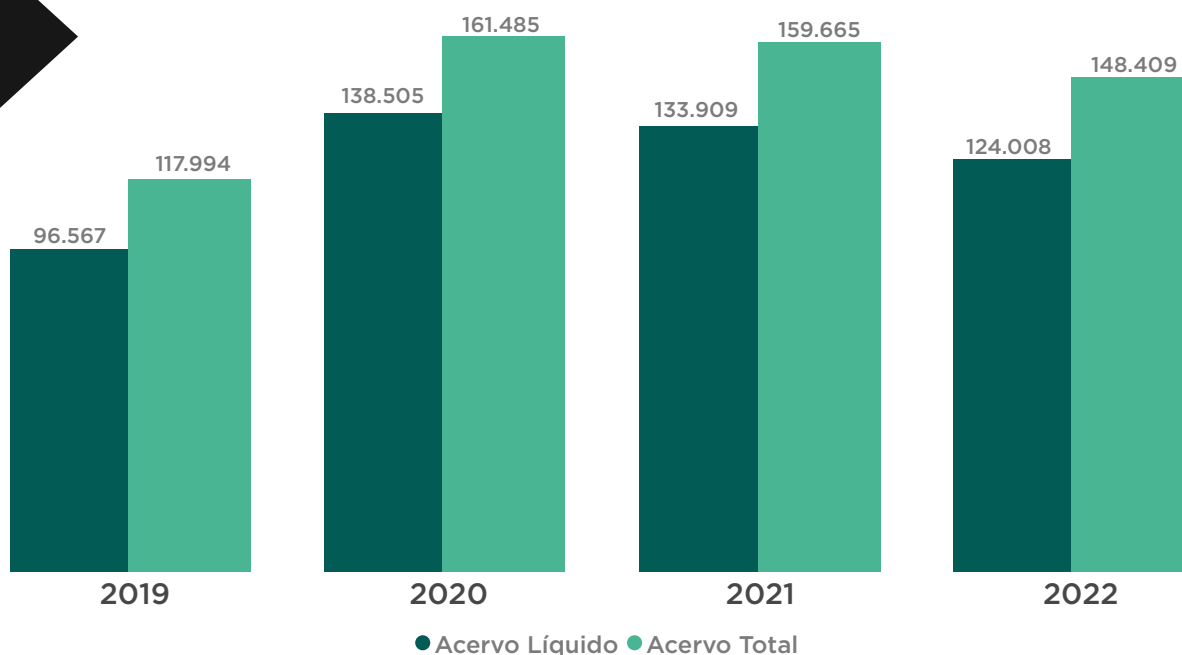
As imagens a seguir apresentam o comportamento dos quatro indicadores ora em análise: entradas, julgamentos, acervo total e acervo líquido.



Para uma melhor compreensão, o gráfico anterior apresenta o comportamento da entrada processual e dos julgamentos ao longo do quadriênio 2019-2022.

A linha verde clara indica o total de entradas a cada ano e representa a quantidade total de recursos oriundos do primeiro grau distribuídos para as câmaras do 2º grau, somados aos processos originários de segunda instância e, também, aos recursos internos, tais como embargos de declaração e agravos internos. A linha verde escura quantifica os julgamentos, representados pela quantidade de acórdãos e julgamentos unipessoais terminativos.

Outrossim, o gráfico a seguir representa o comportamento do acervo para o período em análise: quadriênio 2019-2022. A coluna na cor verde clara representa o acervo total e a coluna verde escura, o acervo líquido, que, conforme explicitado anteriormente, desconsidera aqueles processos que estão suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.

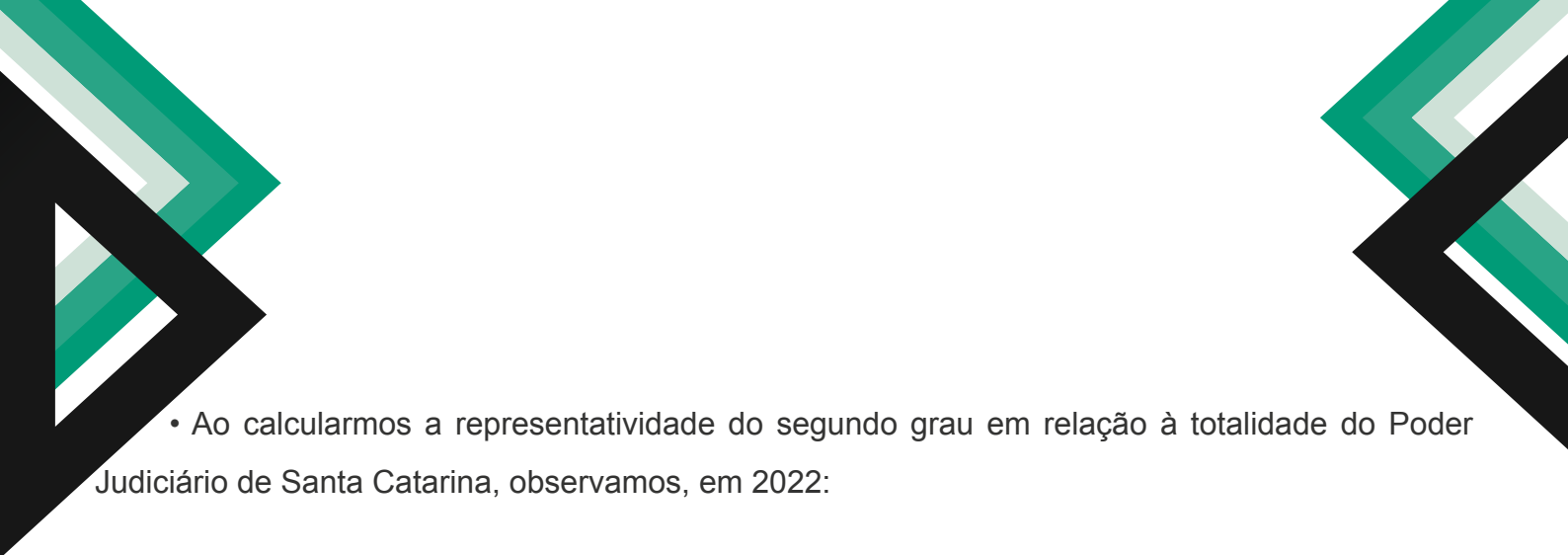


A partir dos gráficos anteriores do segundo grau, merecem destaque:

O acréscimo na demanda processual no âmbito do segundo grau mantém-se regular em toda série temporal e se intensificou bastante nos dois últimos anos. No ano de 2022, a carga de trabalho foi cerca de 12% maior que 2021 e 38% maior que 2019, período pré-pandemia. Em termos absolutos, o acréscimo de demanda foi, respectivamente, na ordem de 22.8 mil e 60.2 mil processos.

- Na mesma esteira, há de se destacar a produtividade alcançada. Em 2022, foram cerca de 234 mil julgamentos, superando mais de 26,5% o quantitativo do ano anterior. Se compararmos com o período pré-pandemia, o desempenho é ainda mais expressivo: quase 78 mil julgamentos a mais, equivalente a 50% de acréscimo comparado ao ano de 2019.

- O bom desempenho nos julgamentos permitiu também que o acervo processual reduzisse em cerca de 7%, o que equivale, em números absolutos, a 10 mil processos. O acervo líquido, em dezembro de 2022, era de aproximadamente 124 mil processos. Em que pese a queda regular do acervo nos anos de 2021 e 2022, ressalta-se que a cifra atual ainda é superior ao período pré-pandemia, o que exige do PJSC ações permanentes para redução do acervo e da taxa de congestionamento.



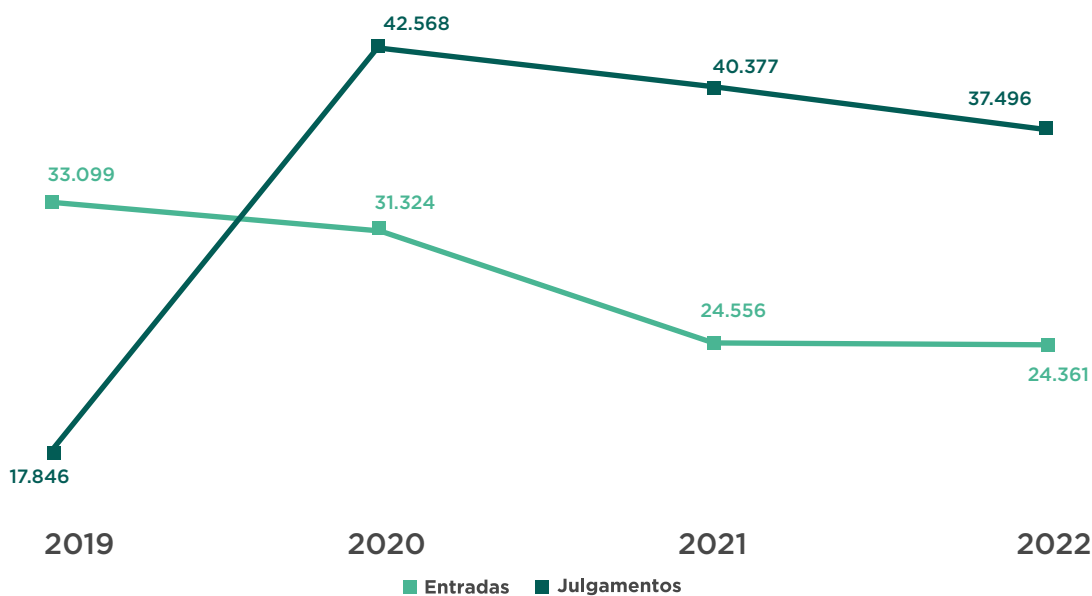
- Ao calcularmos a representatividade do segundo grau em relação à totalidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, observamos, em 2022:

- › 4,9% do acervo líquido
- › 4,4% do acervo total
- › 17,5% dos julgamentos
- › 15,7% da entrada

›1.5.Turmas Recursais

As Turmas Recursais funcionam como o segundo grau de jurisdição para o processamento dos recursos oriundos dos Juizados Especiais.

As imagens a seguir apresentam o comportamento dos quatro indicadores ora em análise: entradas, julgamentos, acervo total e acervo líquido. Na sequência, alguns pontos em destaque das turmas recursais são listados.

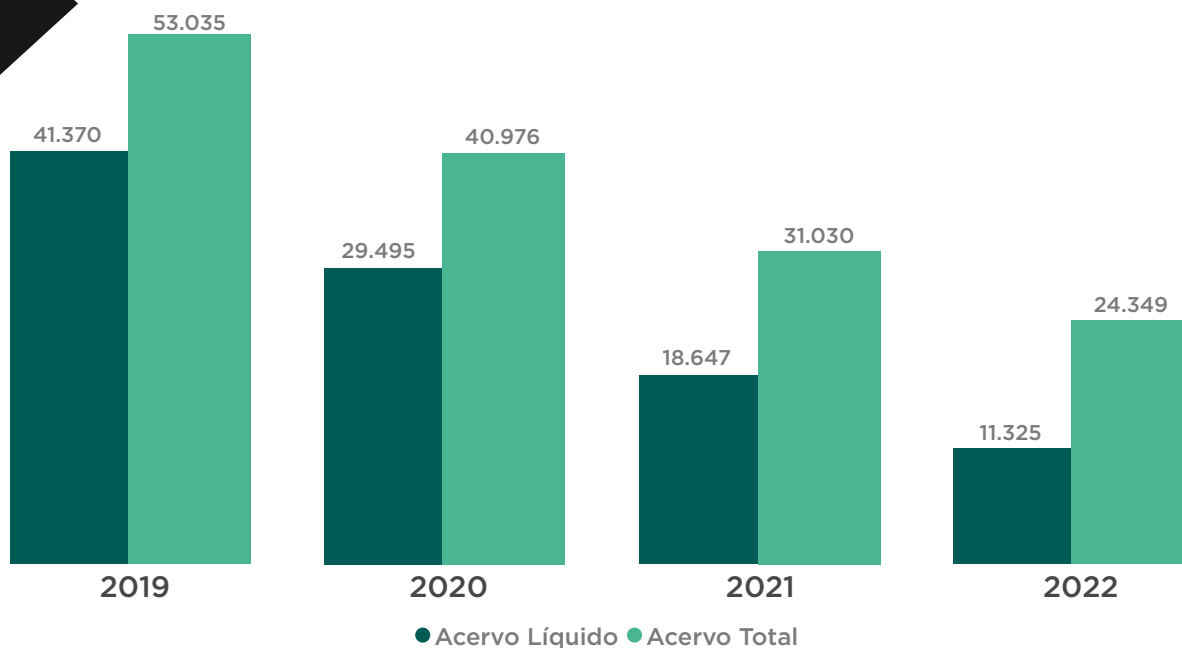


Para uma melhor compreensão, o gráfico anterior apresenta o comportamento da entrada processual e dos julgamentos ao longo do quadriênio 2019-2022.

A linha verde clara indica o total de entradas a cada ano e representa a quantidade total de recursos oriundos dos juizados especiais distribuídos para as Turmas Recursais, somados aos processos originários. A linha verde escura quantifica os julgamentos, representados pela quantidade de acórdãos e julgamentos unipessoais terminativos.

Outrossim, o gráfico a seguir representa o comportamento do acervo para o período em análise: quadriênio 2019-2022.

A coluna na cor verde clara representa do acervo total e a coluna verde escura, o acervo líquido, que, conforme explicitado anteriormente, desconsidera aqueles processos que estão suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório.



A partir dos gráficos anteriores das turmas recursais, merecem destaque:

- Diferentemente do observado nas seções prévias, as Turmas Recursais foram as únicas onde não se observou acréscimo na demanda processual em 2022, quando comparado ao ano anterior. No último ano, adentraram cerca de 24.5 mil ações nos 12 gabinetes que integram a estrutura que atende as Turmas Recursais. A cifra é praticamente igual ao ano anterior, com leve tendência de queda, mas 26.4% menor quando comparada ao período pré-pandemia. Vale ressaltar que o modelo para as Turmas Recursais foi redefinido em janeiro de 2020, quando a atuação dos juízes passou a ser com dedicação exclusiva, acervo processual 100% digitalizado e concentradas na capital do Estado.

- Um dos impactos imediatos na mudança do modelo das Turmas Recursais é na produtividade. Mesmo durante a pandemia, em 2020, a produtividade ultrapassou 138% de acréscimo comparado a 2019 e, desde então, vem se mantendo em torno de 40 mil processos ao ano. Em 2022, a cifra foi de aproximadamente 37.5 mil julgamentos e, apesar de ser levemente inferior, ainda assim é 110% superior à produtividade do modelo anterior, observada em 2019.



- Outro impacto da implantação do novo modelo de Turmas Recursais, associado ao bom desempenho na produtividade, é a queda acentuada no acervo. Desde 2019, o acervo líquido já caiu mais de 72%, alcançando a cifra de 11.325 processos ao final de dezembro de 2022. No último ano, a queda foi de cerca de 39.3%, quando comparado ao ano de 2021.

- Ao calcularmos a representatividade das Turmas Recursais em relação à totalidade do Poder Judiciário de Santa Catarina, observamos, em 2022:

- 0,4% do acervo líquido

- 0,7% do acervo total

- 2,8% dos julgamentos

- 1,8% da entrada

2. METAS NACIONAIS

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

As primeiras Metas Nacionais surgiram em 2009 e, tradicionalmente, são votadas e aprovadas pelos presidentes dos tribunais no Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), evento organizado anualmente pelo CNJ com a participação direta da alta administração dos tribunais brasileiros.

As seções a seguir apresentam os resultados preliminares das metas nacionais do PJSC no último ano e também as metas aprovadas para o ano de 2023.

›2.1. Metas Nacionais – Ano 2022

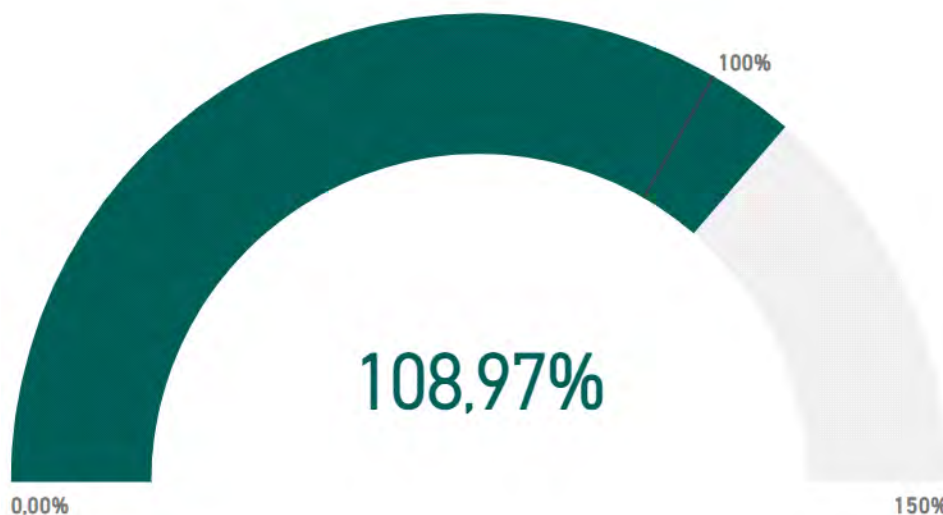
As Metas Nacionais para o ano 2022 são listadas a seguir e foram acompanhadas mensalmente. Para facilitar a gestão das unidades jurisdicionais, foram disponibilizados painéis de BI com o percentual de atendimento de cada meta, possibilitando também a visualização dos processos em acervo para cada meta, servindo como instrumento de priorização.

Com o acompanhamento periódico, identifica-se que, de um modo geral, as metas foram alcançadas, conforme detalhamento a seguir, em prol do jurisdicionado e em atenção à estratégia nacional.

Meta 1 de 2022 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

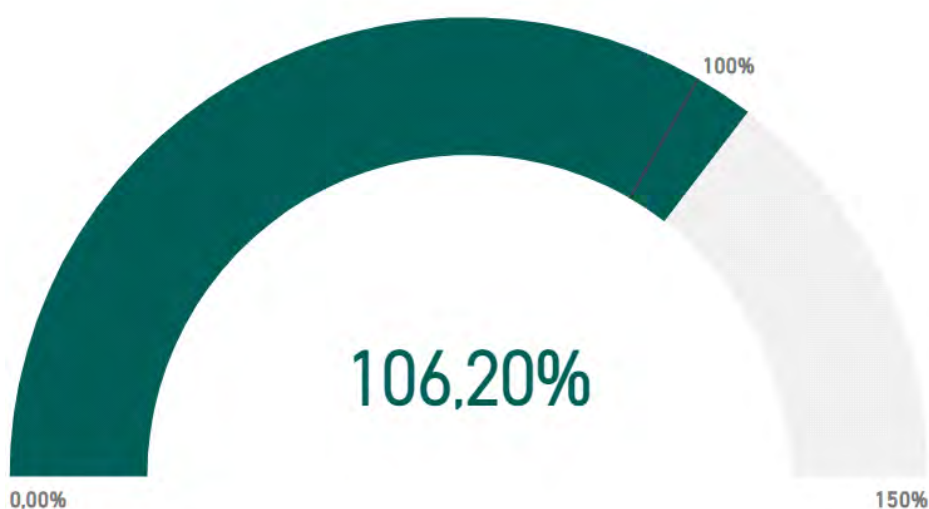
Meta 1 - Contexto: PJSC



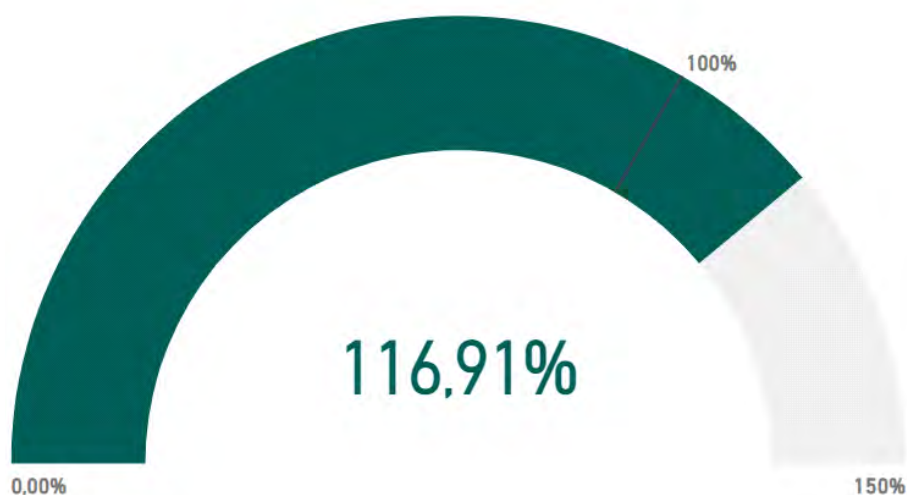
Meta 2 de 2022 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2022 pelo menos: **a)** no primeiro grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018; **b)** no segundo grau, 80% dos distribuídos até 31/12/2019; e **c)** nos juizados especiais e nas turmas recursais, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

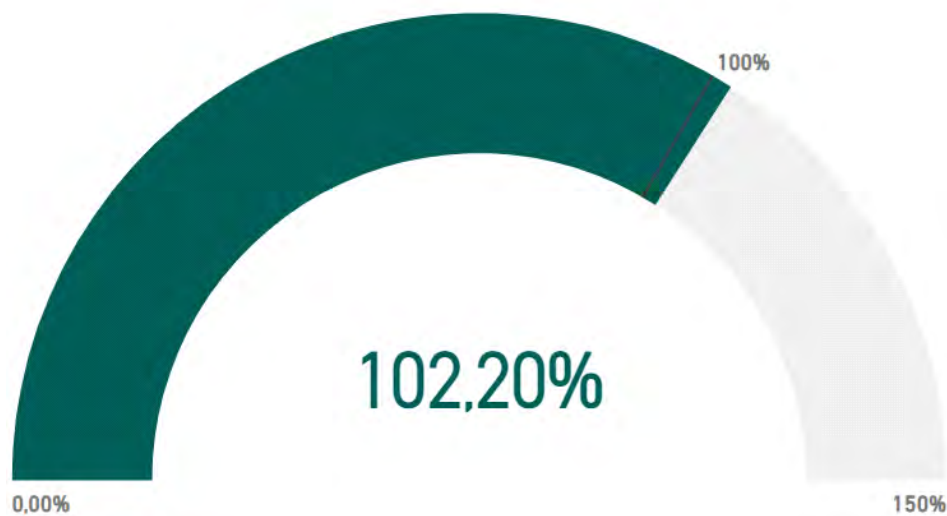
Meta 2 - Contexto: 1º Grau



Meta 2 - Contexto: 2º Grau



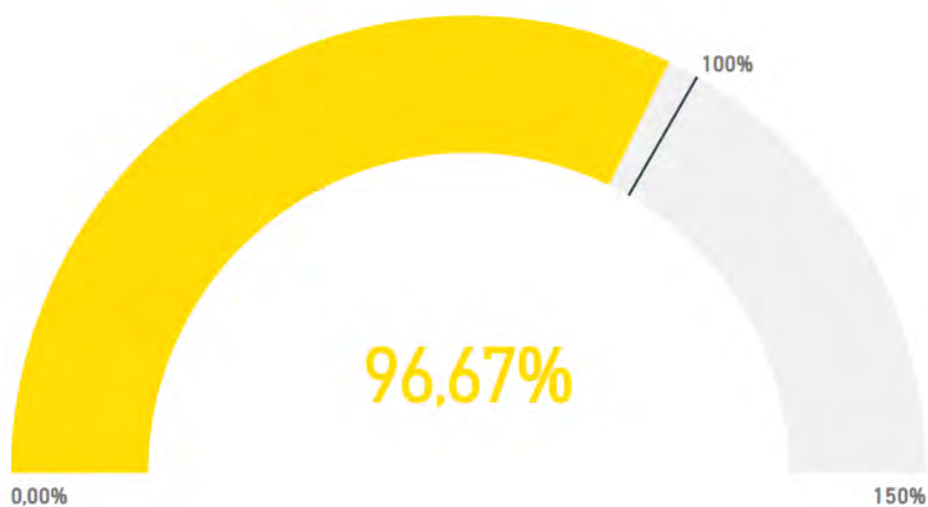
Meta 2 - Contexto: Juizados e Turmas



Meta 3 de 2022 – Estimular a conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2021.

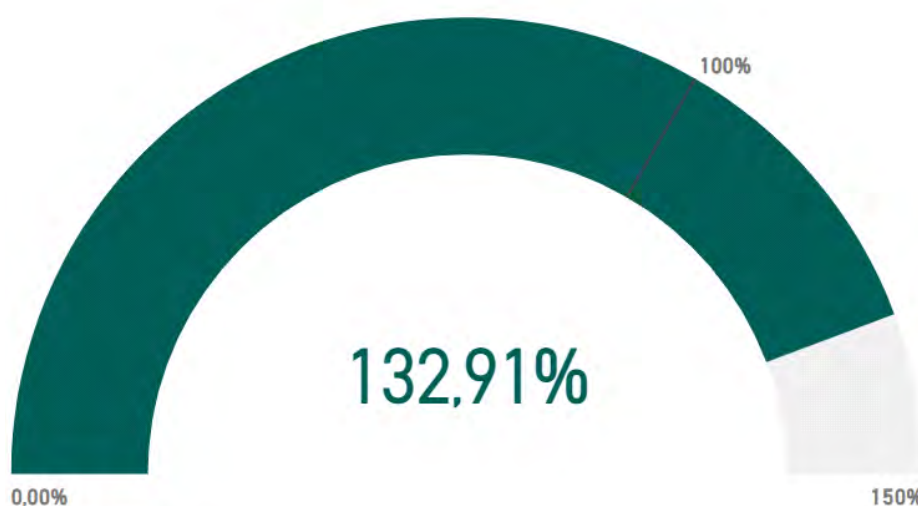
Meta 3 - Contexto: PJSC



Meta 4 de 2022 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2022, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

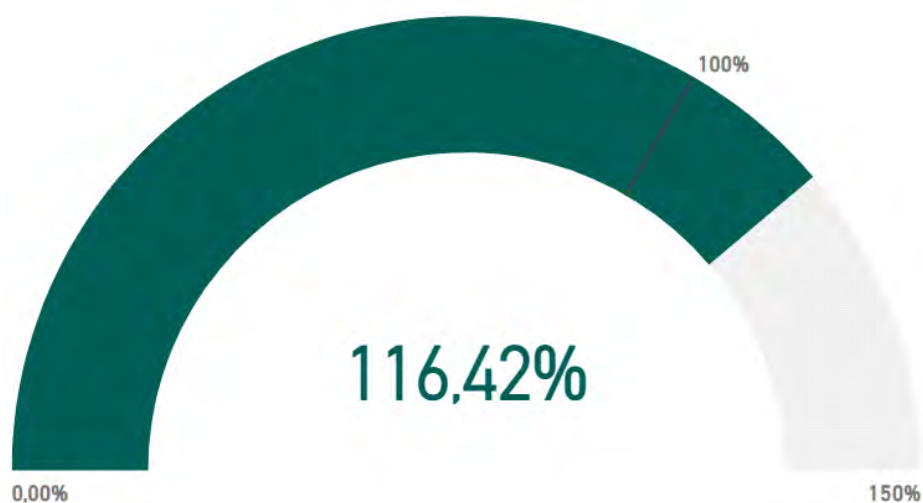
Meta 4 - Contexto: PJSC



Meta 5 de 2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

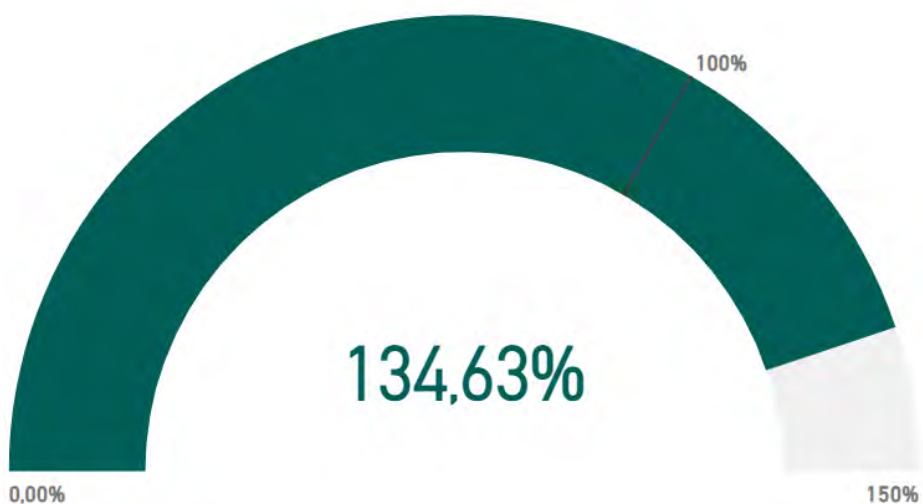
Meta 5 - Contexto: PJSC



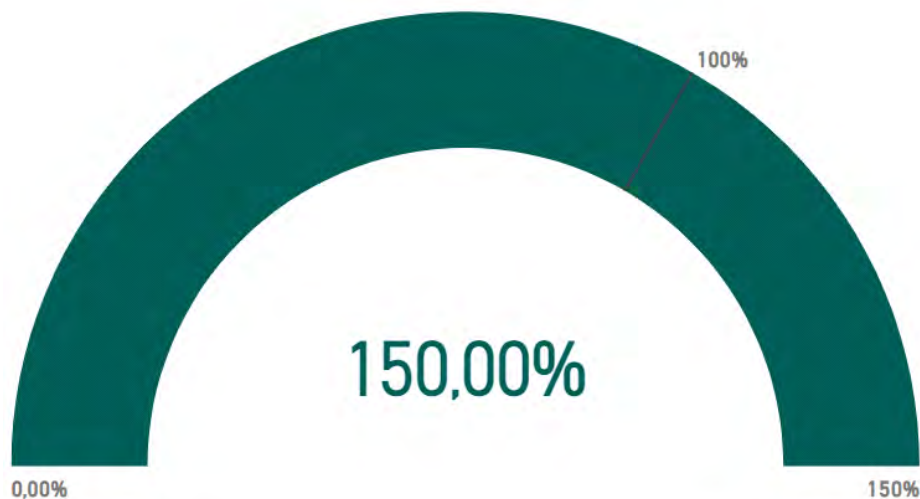
Meta 8 de 2022 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020.

Meta 8 - Contexto: Violência Doméstica



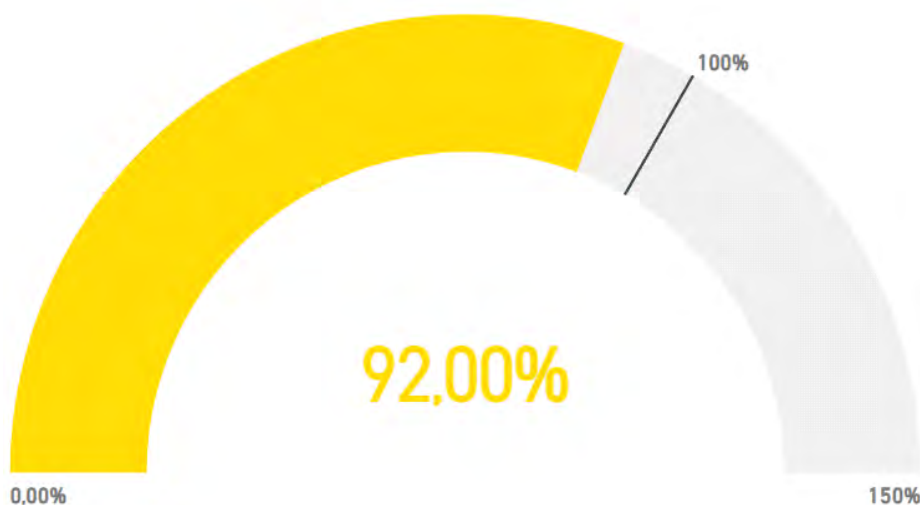
Meta 8 - Contexto: Femicídio



Meta 9 de 2022 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário

Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

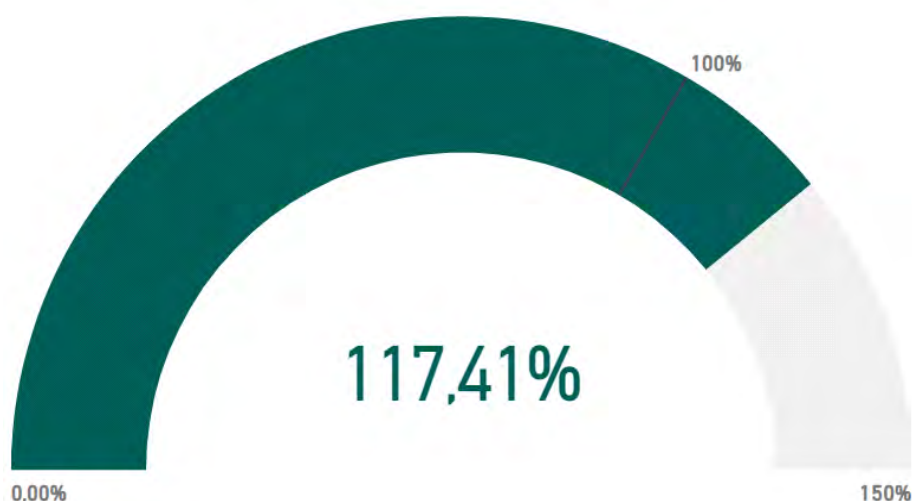
Meta 9 - Contexto: PJSC



Meta 10 de 2022 – Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0

Implementar, durante o ano de 2022, as ações* do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.

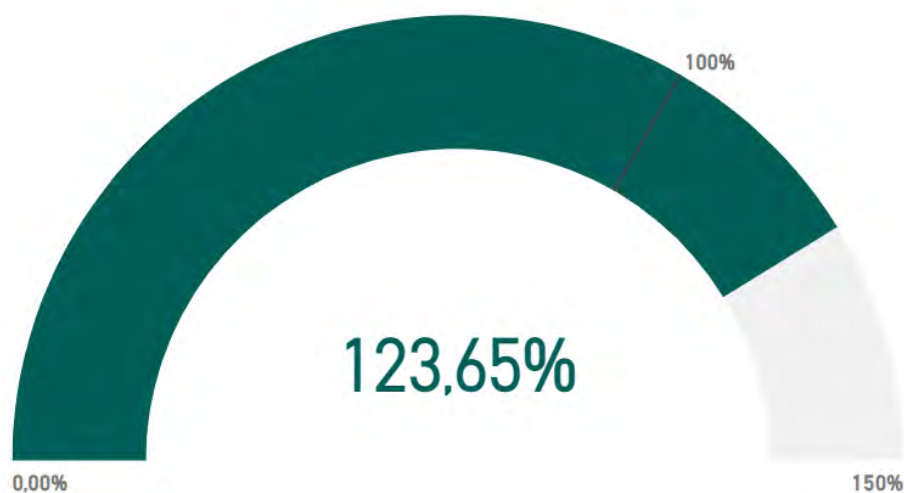
Meta 10 - Contexto: PJSC



Meta 11 de 2022 – Promover os Direitos da Criança e do Adolescente

Identificar e julgar até 31/12/2022, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instâncias.

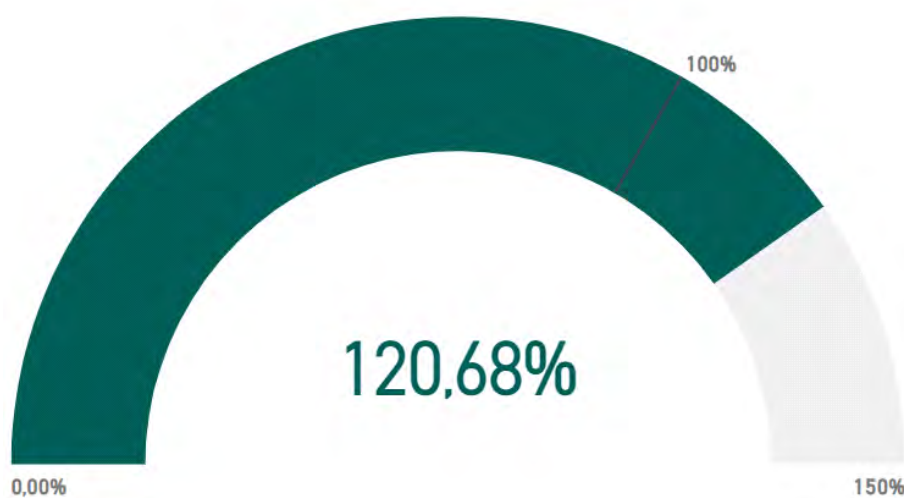
Meta 11 - Contexto: PJSC



Meta 12 de 2022 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Identificar e julgar 25% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2021.

Meta 12 - Contexto: PJSC



› 2.2. Metas Nacionais – Ano 2023

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 21 e 22 de novembro de 2022, durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as seguintes Metas Nacionais para o segmento da Justiça Estadual alcançar em 2023:

Meta 1 de 2023 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta 2 de 2023 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2023 pelo menos: a) no primeiro grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019; b) no segundo grau, 90% dos distribuídos até 31/12/2020; e c) nos juizados especiais e nas turmas recursais, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 3 de 2023 – Estimular a conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2022. Cláusula de barreira: 15% de Índice de Conciliação.

Meta 4 de 2023 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2023, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Meta 5 de 2023 – Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2022. Cláusula de barreira: 56%

Meta 8 de 2023 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2021 e 60% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2021.

Meta 9 de 2023 – Estimular a Inovação no Poder Judiciário

Implantar, no ano de 2023, um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

Meta 10 de 2023 – Impulsionar os processos de ações ambientais

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 30% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2022.

Meta 11 de 2023 – Infância e Juventude

Identificar e julgar, até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.

CONTAS PÚBLICAS

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TJSC é executado por meio de duas unidades orçamentárias, quais sejam: 03001 – Tribunal de Justiça de Santa Catarina e 03091 – Fundo do Reaparelhamento da Justiça.

No ano de 2022 alguns fatos intensificaram a execução orçamentária, tanto no lado das despesas quanto no das receitas. A Lei Orçamentária Anual aprovada para o referido ano previu um orçamento total, na soma das duas unidades orçamentárias, que superava R\$ 2,88 bilhões.

Por ser um instrumento de planejamento e controle com características dinâmicas, ao longo do exercício financeiro, as dotações orçamentárias do Poder Judiciário foram ampliadas para R\$ 3,23 bilhões, por meio da abertura de créditos adicionais com recursos oriundos do excesso de arrecadação e superávit financeiro de 2021.

No total, as despesas empenhadas no período alcançaram o patamar de R\$ 2,99 bilhões, representando um crescimento de 30,6% frente ao que ocorreu no ano anterior. Esse crescimento foi superior à inflação do período, medida pelo IPCA/IBGE em 5,79%.

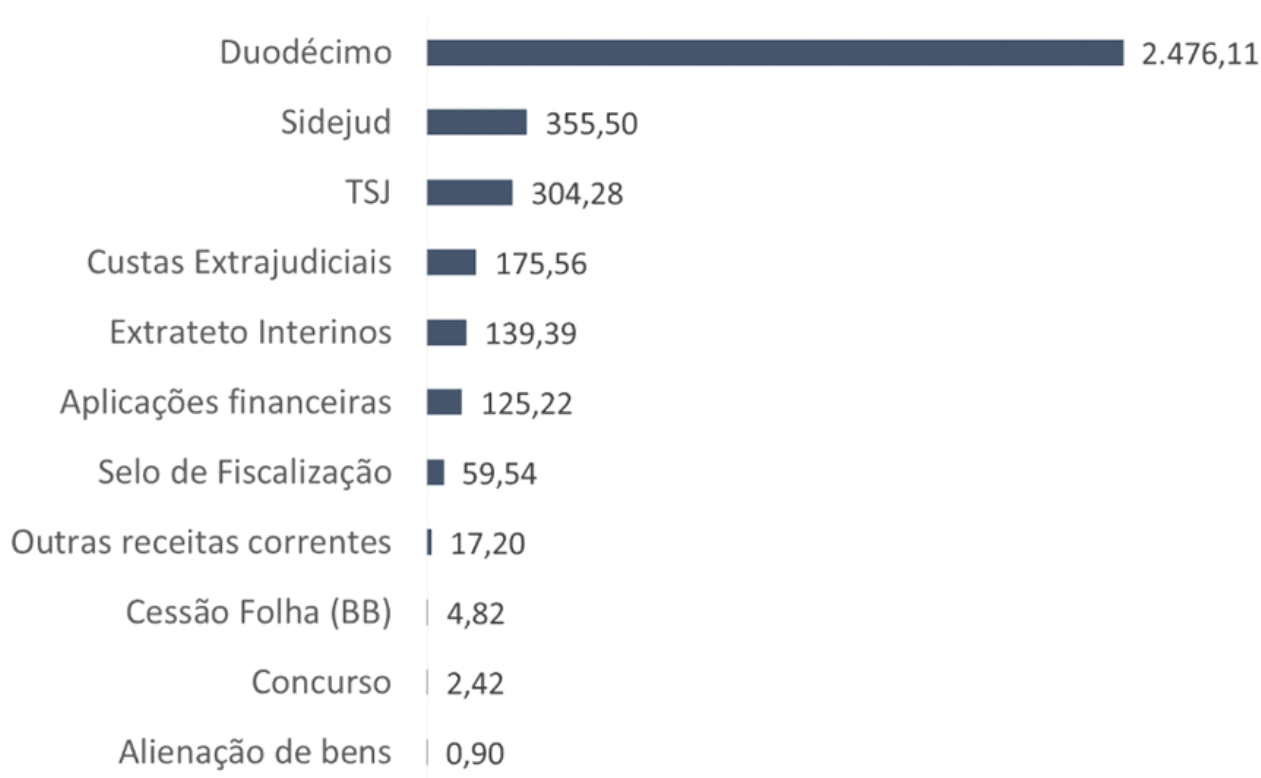
O crescimento na aplicação dos recursos públicos foi possível graças ao desempenho das receitas. A receita arrecadada, incluindo o repasse duodecimal, atingiu R\$ 3,66 bilhões. Deduzindo dessas R\$ 118,76 milhões repassados ao Fupesc e FERMP, a receita líquida disponível ao PJSC ficou em R\$ 3,54 bilhões, o que representou um incremento de 34% no comparativo com o ano anterior.

> 3.1. Receitas

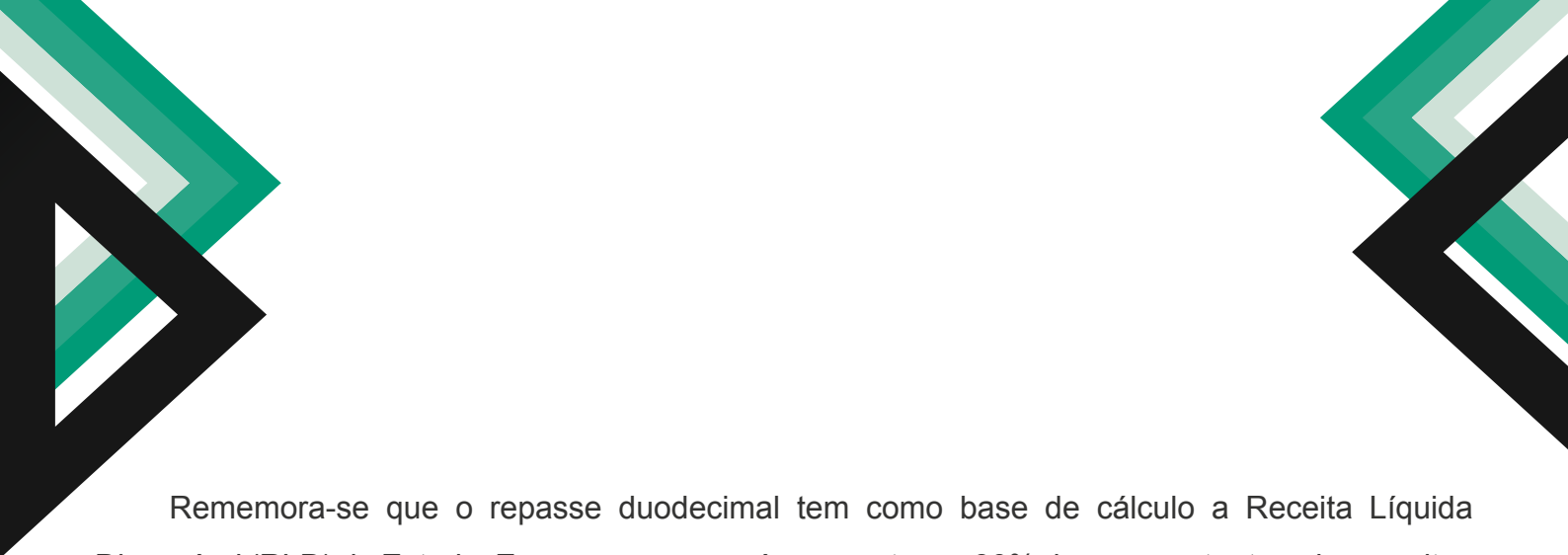
Os R\$ 3,66 bilhões de arrecadação bruta são compostos pelas seguintes receitas apresentadas na ilustração a seguir.:

Receitas brutas

(em R\$/milhões)



Os repasses de duodécimo representam a maior proporção de recursos que financiam as atividades do Poder Judiciário. Os R\$ 2,476 bilhões recebidos do Tesouro do Estado em 2022 representam 70% do montante total disponível. No período, foi observado crescimento de 17% em relação ao ano anterior.



Rememora-se que o repasse duodecimal tem como base de cálculo a Receita Líquida Disponível (RLD) do Estado. Essa, por sua vez, é composta em 80% de seu montante pelas receitas de ICMS. Sendo assim, alguns fatos fizeram com que a RLD variasse de forma irregular em 2022.

O primeiro deles foi o diferimento do vencimento de ICMS sobre energia elétrica e combustível de novembro e dezembro de 2021 para janeiro, fevereiro, março e abril de 2022. Com isso, parte da receita de 2021 foi contabilizada nos primeiros meses de 2022. Outro fato importante ocorreu com a adequação das alíquotas de ICMS sobre combustível, energia elétrica, comunicação e transporte ao princípio da seletividade, esculpido na Constituição Federal.

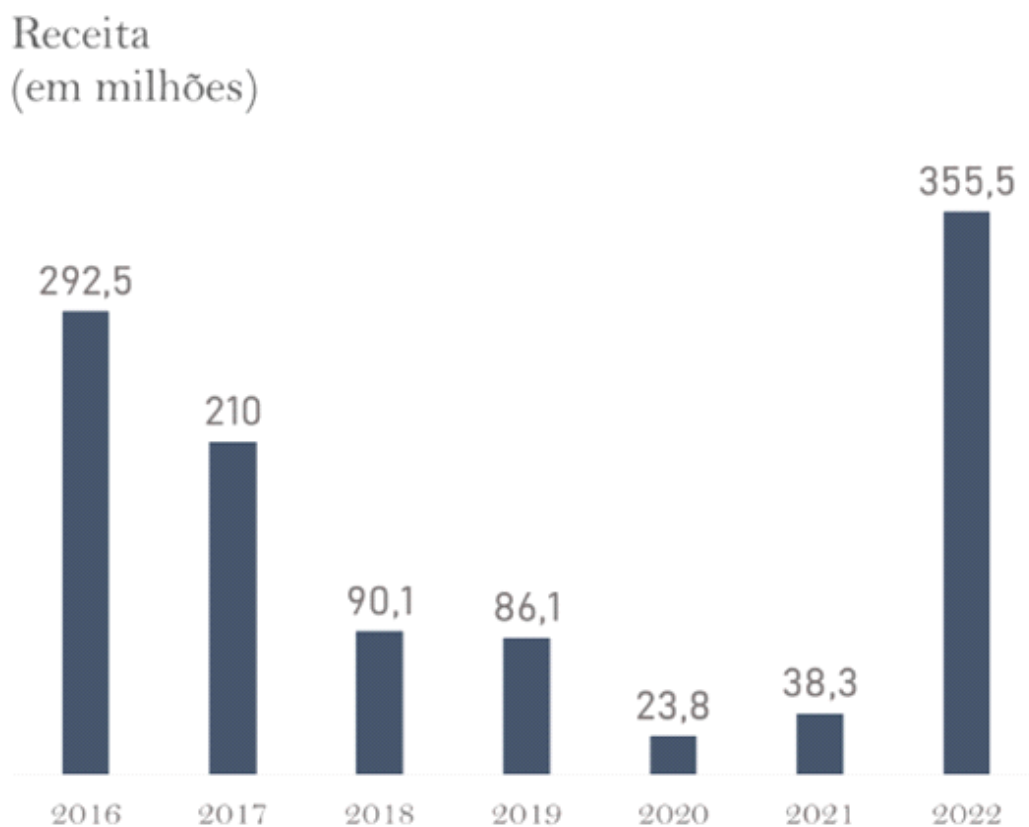
Essa adequação fez com que houvesse redução das alíquotas de ICMS sobre as hipóteses de incidência ao limite de 17%. Comunicação, gasolina e etanol, além de algumas faixas de consumo de energia elétrica, até julho eram tributadas em 25%. Sua redução a 17% refletiu consideravelmente na arrecadação do Estado.

○ quadro abaixo, apresenta a RLD arrecadada no ano.:

Meses	Em R\$/ milhões	Variação 2021	Variação meta
Janeiro	2.481,63	30%	16%
Fevereiro	2.491,94	45%	22%
Março	2.077,68	20%	6%
Abril	2.472,14	37%	30%
Maio	2.405,20	33%	29%
Junho	2.147,56	18%	13%
Julho	2.144,78	14%	7%
Agosto	2.077,51	-6%	-5%
Setembro	2.092,10	5%	-2%
Outubro	2.097,76	4%	-4%
Novembro	2.051,40	24%	3%
Dezembro	2.430,79	37%	6%
Total	26.970,49	20,8%	9,6%

No que se refere às receitas próprias, ganharam destaque, ocupando o topo, as receitas oriundas do Sidejud. Com a manutenção da taxa Selic no patamar de 13,75%, o montante arrecadado foi de R\$ 355,5 milhões, o que implicou crescimento de mais de 9 vezes em relação à arrecadação do ano anterior. Além disso, esse valor é superior ao que foi arrecadado nos 4 últimos anos.

O gráfico abaixo apresenta essa evolução.



Ainda sobre o Sidejud, a rentabilidade média mensal obtida pelo sistema foi de 0,44% em relação ao patrimônio administrado. Esse patamar é singular, porque é mais de quatro vezes o que a maioria dos tribunais obtêm com a gestão dos depósitos judiciais.



Outra receita que merece destaque é a oriunda do Extrateto das serventias extrajudiciais que se encontram sob gestão interina. Em 2022, foram R\$ 139,9 milhões arrecadados, o que significou crescimento de 49% em relação ao ano anterior. Esse resultado é fruto do trabalho intenso e responsável da Corregedoria Extrajudicial.

Também a Taxa de Serviços Judiciais obteve relevante crescimento, na ordem de 33%. A arrecadação ultrapassou o patamar de R\$ 304,28 milhões. Parte dessa variação é creditada ao crescimento nas demandas judiciais. Todavia, é relevante mencionar que a fiscalização na concessão da gratuidade da Justiça e a otimização dos meios de cobrança têm contribuído intensamente para esse exponencial crescimento.

O resultado verificado nas Custas Extrajudiciais (taxa do FRJ) e no Selo de Fiscalização ficou abaixo do esperado. Com inflação de 5,79%, o resultado representou queda real na arrecadação. A taxa do FRJ foi de R\$ 175,56 milhões, com crescimento de apenas 4,4%. Ainda pior, o Selo de Fiscalização teve queda de 4% em relação ao arrecadado no ano passado, ficando em R\$ 59,54 milhões.

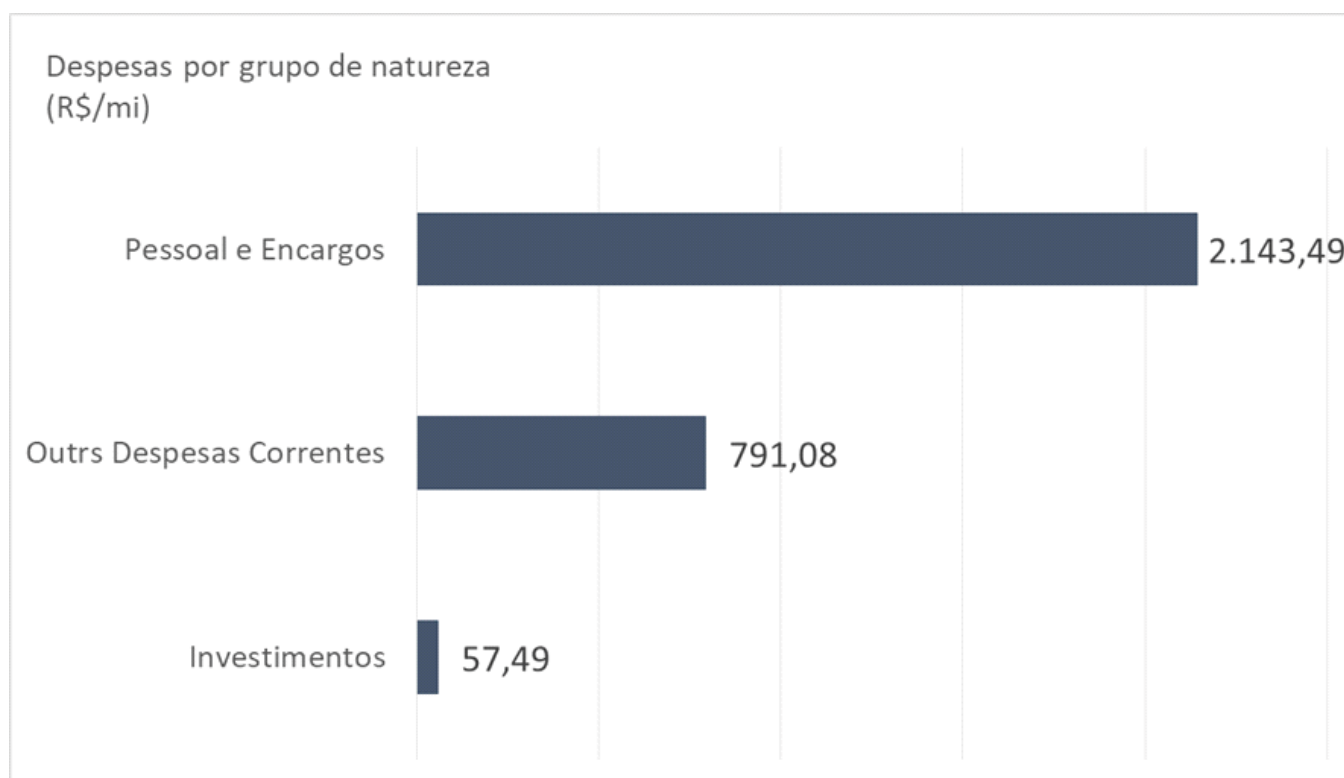
› 3.2. Despesas

A alta variação das despesas pode ser creditada tanto à retomada dos pagamentos proibidos pela excepcional Lei complementar n. 173/2020 quanto ao retorno dos trabalhos presenciais nas unidades judiciais e administrativas.

Outro ponto importante foi o encerramento, mediante acordo, da discussão judicial acerca da aplicação de reajuste de índice da URV na tabela de vencimento dos servidores do Poder Judiciário.

Em 2022, a despesa total empenhada pelo Poder Judiciário foi de R\$ 2,99 milhões. Quando comparado a 2021, observa-se crescimento R\$ 701 milhões, ou seja, 30,6%. Ao comparar com as dotações orçamentárias previstas na LOA, observa-se uma execução de 103,8% em relação ao orçamento inicial e de 92% do orçamento atualizado.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição das despesas incorridas em 2022 por grupo de natureza.



Percebe-se que a maior parte das despesas é com Pessoal e Encargos. Essas representam 71% do total de despesas do Poder Judiciário. No que se refere aos investimentos, representam 2% do montante. Tal característica revela a natureza da instituição, prestadora de serviços, em que é comum que a maior parte de suas despesas seja de pessoal.

No que se refere à variação da despesa em relação ao ano anterior, verifica-se que Pessoal e Encargo foi de 29%, enquanto Outras Despesas Correntes teve crescimento de 38%. Os investimentos tiveram incremento de apenas 3%.



Dentro das despesas com folha, observa-se que as despesas com Vencimentos e Vantagens, a maior delas, tiveram crescimento de 30%, alcançando R\$ 1,646 bilhão de reais no ano.

As despesas com indenizações e restituições cresceram 49%, com o montante de R\$ 489 milhões. Despesas com auxílio-alimentação foram de R\$ 199 milhões, com crescimento de 58% em relação a 2021.

Como mencionado, essa variação se refere à retomada dos pagamentos proibidos pela Lei Complementar n. 173/2020. Com o fim de seus efeitos, já no mês de janeiro foram concedidos reajustes acumulados até dezembro de 2021 e aumento no valor do auxílio-alimentação. Além disso, o acordo no processo da URV também teve reflexos nas despesas com pessoal.

Não apenas reajustes foram responsáveis pelo crescimento das despesas, como também a retomada nos provimentos de cargos vagos de servidores, visando à recomposição nas unidades judiciais e administrativas.

› 3.2.1 Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Magistrados são os responsáveis pelo gerenciamento e supervisão do quadro de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo magistrados, servidores efetivos e comissionados, inativos, estagiários, voluntários e terceirizados.

Esse trabalho envolve o controle do ingresso na carreira, com o acompanhamento dos processos de nomeação dos servidores, de contratação de estagiários e terceirizados, e de adesão dos voluntários.

A principal atividade diz respeito à gestão da folha de pagamento. Abaixo se destaca o que de mais importante afetou essa ação.

Programa: 0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 6777 – Administração de pessoal ativo e encargos – TJ	2.498.716.933,99	2.434.348.862,94
Subação: 14061 – Gestão de folha de pagamento – fiscalização cartórios extrajudiciais – FRJ – SELO	7.201.448,00	6.980.273,23
Principais produtos/serviços ofertados		
360 Nomeações de cargos efetivos Nomeações de cargos comissionados Pagamento de indenização de férias e licença-prêmio Pagamento de reajuste salarial – URV		
312 servidores em atuação no regime de cooperação em assessorias, cartórios e áreas administrativas		

Programa: 0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 6780 – Administração de pessoal inativo e encargos – TJ	67.178.923,15	67.152.152,81
Principais produtos/serviços ofertados		
Pagamento de indenização de férias e licença-prêmio		
Pagamento de reajuste salarial – URV		

Programa: 0930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 12930 – Administração extraquadro e serviços terceirizados – TJ	48.872.542,00	42.442.915,65
Subação: 14124 – Administração extraquadro e serviços terceirizados – SIDEJUD	2.209.436,14	2.017.112,62
Subação: 14056 – Administração extraquadro e serviços terceirizados – FRJ	97.435.129,22	76.156.763,43
Principais produtos/serviços ofertados		
Contratação de estagiários		
Contratação de serviços continuados de engenharia, copa e limpeza		

› 3.2.2. Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação é o setor responsável pelo planejamento e execução dos projetos da área de TI no âmbito do PJSC, bem como implementa ações que visam melhorar a gestão dos serviços, promover a inovação tecnológica e otimizar os recursos de TI.

Os recursos orçamentários, atualmente oriundos tanto do Sidejud como do FRJ, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do Plano Plurianual (PPA).

Ademais, os recursos orçamentários destinados à TI estão apoiados nos direcionamentos da Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário (EnticJud), previstos nas Resoluções n. 182/2013, n. 370/2021, n. 468/2022 e n. 480/2022 do CNJ. A EnticJud está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Abaixo estão relacionados os principais projetos/atividades executados pela Diretoria de TI do PJSC.

Programa: 0931 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14104 – Gestão de Telecomunicações – SIDEJUD	30.814.352,31	23.467.132,67
Principais produtos/serviços ofertados		
Manutenção do sistema de centrais telefônicas e dos serviços de telefonia fixa		
Manutenção do acesso telefonia móvel		
Manutenção da solução do Sistema de AS do Poder Judiciário, permitindo a redundância de links de internet, operacionalizado através de credenciamento de operadoras		
Manutenção dos links de dados redundantes nas comarcas e unidades do PJSC, implementando uma rede SD-WAN a fim de garantir a alta disponibilidade das unidades, operacionalizado através de credenciamento de operadoras		
Contratação de serviço de sustentação da rede SD-WAN, com o intuito de permitir autonomia na configuração dos equipamentos e resposta mais rápida aos incidentes		
Manutenção no sistema de monitoramento (24x7) do parque lógico dos equipamentos ativos de rede, garantindo respostas rápidas aos incidentes		
Aquisição de solução de monitoramento de desempenho de rede e equipamentos de visibilidade de rede, com o intuito de auxiliar na identificação, análise e solução dos problemas relacionados à infraestrutura da rede de dados do PJSC		
Aquisição de switches L3 para instalação nas comarcas/unidades do PJSC a fim de permitir alta disponibilidade na conexão da rede SD-Wan, como implementar redes virtuais nesses locais		
Aquisição da extensão de garantia dos equipamentos do core da rede do PJSC, com o intuito de minimizar os riscos envolvidos com problemas técnicos de equipamentos		
Nova solução de VPN com maior controle sobre os dispositivos que podem ter acesso à rede interna do PJSC		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 15041 – Gestão de Infraestrutura de TI – FRJ	38.345.089,62	20.879.938,89
Principais produtos/serviços ofertados		
Contratação de solução de colaboração em nuvem – Microsoft O365		
Manutenção e suporte da infraestrutura de softwares Microsoft		
Manutenção e suporte da infraestrutura de bancos de dados Oracle, MySQL e Caché		
Manutenção e suporte de equipamentos de armazenamento de dados		
Aquisição de solução computacional hiperconvergente de servidores de rede e de armazenamento para modernização da infraestrutura de virtualização de servidores		
Contratação de PAS (<i>Plataform as a Service</i>) para armazenamento e processamento de dados distribuídos (infra BI)		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 15038 – Gestão de Microinformática – FRJ	19.551.761,83	10.937.882,44
Principais produtos/serviços ofertados		
Fornecimento de computadores minidesktop, para uso corporativo, com garantia de 48 meses e assistência técnica on-site, por meio do sistema de registro de preços		
Prestação de serviços continuados de validação e emissão de certificados digitais nas modalidades Certificado Digital Tipo Wildcard SSL – Servidor-Web Hierarquia Internacional – OV, Certificado Digital Tipo SSL Servidor-Web Hierarquia ICP-Brasil, Certificado Digital Tipo SSL – Servidor-Web Hierarquia Internacional		
Fornecimento de baterias seladas para nobreaks, por meio do Sistema de Registro de Preços		
Fornecimento de peças de reposição para microcomputadores e material de consumo de informática para atender às necessidades do parque tecnológico do PJSC		
Aquisição de computadores com configuração específica para uso na Assessoria de Artes Visuais (NCI)		
Serviço continuado de manutenção de Scanner Kodak i3400		
Serviço continuado de manutenção de Scanner Kodak i2400 e Fujitsu 5150		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 15039 – Gestão de Sistemas Administrativos – FRJ	16.391.050,98	5.878.223,30
Principais produtos/serviços ofertados		
Execução de projeto de implantação e manutenção de Software de Gestão Integrada – ERP		
Manutenção de Software de Gestão Educacional da Academia Judicial		
Aquisição e manutenção de soluções de mercado para diversas áreas administrativas, tais como saúde; farmácia; gestão de pessoas; biblioteca; controle de acesso e ponto; e editoração		
Serviço de consulta de CPF/CNPJ da RFB		
Manutenção de ferramentas de TI como BI e plataforma de gestão do Portal Institucional		
Contratada fábrica de software para novas tecnologias, mantido serviços de fábricas de software cache e fábrica de métricas		
Aquisição de soluções e treinamento para projetos de engenharia e arquitetura		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 15043 – Segurança da informação – FRJ	13.725.385,91	3.772.310,75
Principais produtos/serviços ofertados		
Aquisição de solução para armazenamento seguro de documentos (CAS) para sistemas de gestão de processos judiciais		
Manutenção e suporte de datacenters		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 10532 – Gestão de Sistemas Judiciais – FRJ	579.651,66	450.280,49
Principais produtos/serviços ofertados		
Prestação de serviços de atendimento ao usuário interno do SAJ e módulos licenciados, prestando manutenção corretiva quando aplicável (com aplicação de versões de correções) e de acompanhamento da operação e apoio técnico à infraestrutura		
Contratação de licenças para uso do software JetBrains PhpStorm Commercial		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 15042 – Governança e Gestão de TI – FRJ	3.264.348,00	391.864,66
Principais produtos/serviços ofertados		
Manutenção do licenciamento para Central de Serviços e consultoria para melhoria dos processos de gestão de serviços de TI		
Manutenção do licenciamento e serviço continuado especializado por meio de operação assistida para Liferay DXP		

› 3.2.3. Construções, reformas, ampliações e manutenção predial

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, além da fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário catarinense, bem como da gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do FRJ, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do PPA (período de 4 anos).

A DEA possui como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, como as destacadas a seguir.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 12477 – Manutenção predial – FRJ	36.615.403,71	27.321.213,60
Principais produtos/serviços ofertados		
Contratos de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios das 7 regiões do Estado		
Contratos de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataformas instaladas em prédios do PJSC		

Contratos de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e sistemas de climatização instalados em prédios do PJSC
Contratos de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em subestações instaladas em prédios do PJSC
Contratos de serviços continuados de limpeza de reservatórios de água potável, desentupimento de sistemas de esgoto em prédios do PJSC
Contratos de serviços continuados de avaliação periódica de sistemas de prevenção de incêndios instalados em prédios do PJSC
Contratos de serviços de manutenção preventiva e corretiva de grupo motor gerador do Fórum da Capital Sede

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 11625 – Construção do Fórum da Comarca de Herval do Oeste – FRJ	5.338.633,19	4.099.436,91
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 60/2021 – construção do Fórum da Comarca de Herval do Oeste		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 11.591.033,00		
Área do prédio: 3.390,81 m²		
Situação da obra: 32,87% executado – obra em dia		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 11634 – Construção do Fórum da Comarca de Imbituba – FRJ	4.537.615,02	3.699.036,26
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 002/2022 – construção do Fórum da Comarca de Imbituba		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 19.912.050,87		
Área do prédio: 6.495,02 m²		
Situação da obra: 11,18% executado – obra em dia		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 12913 – Reforma do Fórum da Comarca de Mondaí – FRJ	2.347.477,64	1.703.381,24
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 005/2022 – reforma parcial do Fórum da Comarca de Mondaí		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 2.854.090,96		
Área do prédio: 986,66 m²		
Situação da obra: 53,89% executado – obra em dia		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14210 – Reforma do Fórum da Comarca de Balneário Camboriú – FRJ	2.554.666,00	1.489.472,54
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 23/2021 – reforma global do Fórum de Família da Comarca de Balneário Camboriú		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 5.023.591,64		
Área do prédio: 1.702,64 m²		
Situação da obra: 32,92% executado – obra atrasada		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 12431 – Reforma do Fórum da Comarca de Lages – FRJ	2.023.974,41	1.378.761,75
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 20/2020 – reforma parcial do Fórum da Comarca de Lages		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 3.886.525,93		
Área do prédio: 5.162,21 m²		
Situação da obra: 86,69% executado – obra atrasada		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 6602 – Reforma do Fórum da Comarca de Blumenau – FRJ	2.687.381,99	1.370.639,08
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 22/2022 – reforma para finalização dos pavimentos 3 e 4 do Fórum da Comarca de Blumenau		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 5.269.376,46		
Área do prédio: 10.121,23 m²		
Situação da obra: 26,01% executado – obra em dia		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 10410 – Reforma do Fórum da Comarca de Campo Erê – FRJ	685.965,45	417.532,09
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 77/2021 – reforma global e ampliação do Fórum da Comarca de Campo Erê		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 3.266.598,77		
Área do prédio: 763,42 m²		
Situação da obra: 18,63% executado – obra atrasada		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 11640 – Reforma do Fórum da Comarca de Tubarão – FRJ	340.771,50	340.768,50
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 49/2021 – reforma parcial do Fórum da Comarca de Tubarão – cercamento		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 494.820,97		
Área do prédio: 5.213,70 m²		
Situação da obra: 100% executado – obra concluída em 22/06/2022		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 9279 – Reforma do Fórum da Comarca de Joinville – Sede – FRJ	420.814,59	335.102,19
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 6/2020 – reforma parcial do Fórum da Comarca de Joinville		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 1.867.660,76		
Área do prédio: 9.422,75 m²		
Situação da obra: 98,69% executado – obra atrasada		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 11727 – Ampliação do Fórum da Comarca de Campo Erê – FRJ	532.112,89	229.297,55
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 77/2021 – reforma global e ampliação do Fórum da Comarca de Campo Erê		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 3.266.598,77		
Área do prédio: 763,42 m²		
Situação da obra: 18,63% executado – obra atrasada		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 6684 – Construção do Fórum da Comarca de Campos Novos – FRJ	229.354,76	160.061,09
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 80/2020 – elaboração dos projetos para construção do novo Fórum da Comarca de Campos Novos		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 243.962,52		
Área projetada do prédio: 4.352,72 m²		
Situação do projeto: 72,70% executado – projeto atrasado		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 10529 – Construção do Fórum da Comarca de Araquari – FRJ	146.907,36	146.907,36
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 79/2020 – elaboração dos projetos para construção do novo Fórum da Comarca de Araquari		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 186.212,18		
Área projetada do prédio: 4.352,72 m²		
Situação do projeto: 100% executado – projeto concluído		

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14077 – Reforma do Fórum da Comarca de Caçador – FRJ	117.516,75	113.040,59
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato: 23/2020 – reforma parcial do Fórum da Comarca de Caçador – acessibilidade		
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 1.400.635,14		
Área do prédio: 1.624,48 m²		
Área do prédio: 1.624,48 m²		

› 3.2.4. Infraestrutura e suporte à atividade jurisdicional

A Diretoria de Infraestrutura (DIE) tem como atribuições planejar, coordenar e executar os projetos e as atividades relativas aos serviços de transporte, limpeza e apoio em geral das unidades administrativas e comarcas do Poder Judiciário catarinense.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do FRJ, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do PPA (período de 4 anos).

Abaixo estão relacionados os principais projetos/atividades executados pela DIE em 2022.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14036 – Infraestrutura e apoio às unidades – FRJ	53.771.348,69	44.155.125,38
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato n. 182/2019 – Contrato de prestação de serviços dos Correios.		
Valor executado: R\$ 26.270.279,90		
Despesas com energia elétrica		
Valor R\$ 11.309.442,62		
Despesas com água e esgoto		
Valor R\$ 1.233.793,47		
Serviços de apoio às sessões do júri		
Valor R\$ 1.767.170,13		
Despesas com materiais de consumo e serviços de apoio		
Valor R\$ 1.513.927,93		
Serviços de jardinagem		
Valor R\$ 1.095.337,59		

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14044 – Suporte à atividade jurisdicional – TJ	15.866.192,14	7.886.973,41
Principais produtos/serviços ofertados		
CT 118/2020 e 008/2022 – Fornecimento de passagem aérea de representação		
Valor R\$ 592.379,20		

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14048 – Gestão de transportes – FRJ	3.974.000,00	2.604.003,53
Principais produtos/serviços ofertados		
Contratos n. 189/2017 e 45/2022 – Gerenciamento da frota		
Valor R\$ 917.842,19 – Combustível		
Valor R\$ 541.554,71 – Manutenção e lavagem		
Contrato n. 124/2021 – Locação de veículos de transporte institucional		
Valor R\$ 708.573,32		
Contratos n. 74/2020 e 06/2022 – Serviço de transporte por aplicativo		
Valor R\$ 29.032,16		
Renovação do seguro da frota oficial		
Valor R\$ 440.907,62		

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14021 – Melhorias das instalações mobiliárias – FRJ	2.615.877,00	1.585.736,35
Principais produtos/serviços ofertados		
Contrato n. 60/2018 – Aquisição de persianas		
Valor R\$ 299.577,52		
Contratos n. 46/2021 e 36/2022 – Aquisição de móveis sob medida		
Valor R\$ 267.785,21		
Aquisição de equipamentos de copa, limpeza e apoio		
Valor R\$ 263.058,22		

› 3.2.5. Garantia da prestação de serviços extrajudiciais

A Lei Complementar estadual n.175/1998 foi instituída para regulamentar o art. 8º da Lei federal n. 10.169/2000.

A referida lei estadual previu que a gratuidade dos serviços extrajudiciais será custeada pela arrecadação dos Selos de Fiscalização, com o ressarcimento dos atos gratuitos realizados pelas serventias extrajudiciais do Estado, com fundamento na Lei Complementar n. 755/2019 e na forma regulamentada pelo Conselho da Magistratura.

O Conselho da Magistratura, por sua vez, editou a Resolução n. 12/2006, que estabeleceu no art. 7º que competirá à Corregedoria-Geral da Justiça disciplinar o procedimento para o ressarcimento. O Núcleo IV realiza mensalmente a avaliação dos pedidos de ressarcimento de atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina e pelos juízes de paz.

Além do ressarcimento pelos atos gratuitos, a Lei Complementar n. 175/1998, no § 1º do art. 14, instituiu um repasse mensal de ajuda de custo às serventias extrajudiciais deficitárias, que também será custeada pela receita obtida com a venda dos Selos de Fiscalização.

Do total arrecadado, o percentual de 20% é destinado ao pagamento da remuneração de servidores, implantação de sistema informatizado, materiais necessários à prestação do serviço e manutenção, fiscalização e atividades correcionais (subação 14061).

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 6786 – Garantia da prestação de serviços extrajudiciais – FRJ – SELO	67.109.807,59	51.466.059,17
Principais produtos/serviços ofertados		
Ressarcimento de atos gratuitos (1.045.744 atos ressarcidos em 2022, totalizando o valor de R\$ 47.830.341,93)		
Ajuda de custo (252 serventias beneficiadas em 2022, totalizando o valor de R\$ 6.466,866,00)		
Despesa com diárias para assessores correicionais, juiz-corregedor e corregedor-geral do foro extrajudicial para participação em correições, congressos, seminários e cursos, no valor de R\$ 289.900,77		

› 3.2.6. Assistência Judiciária Gratuita

A Lei Complementar Estadual n. 730, de 21 de dezembro de 2018, destinou até um terço da receita do FRJ para o pagamento de honorários a advogados, peritos e assistentes nomeados pela autoridade judiciária para atuação em benefício dos abrangidos pela assistência judiciária gratuita.

Essa lei foi regulamentada no PJSC pela Resolução CM n. 5/2019, que instituiu o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita e estabeleceu os valores de honorários de peritos, tradutores, intérpretes e defensores dativos, passando a operacionalizar o pagamento de honorários de justiça gratuita devidos após 21/12/2018.

O Sistema AJG/PJSC é destinado ao gerenciamento de cadastros dos profissionais interessados em atuar nos processos em que haja parte beneficiada pela justiça gratuita, bem como das nomeações e do pagamento de honorários. A nomeação de profissional e a solicitação de pagamento dos honorários referentes ao serviço prestado são realizadas pelas unidades judiciais exclusivamente por meio do sistema.



Em outubro de 2019, com a celebração do Convênio n. 153/2019 com a Defensoria Pública do Estado, o PJSC passou a ser responsável também pela operacionalização do pagamento de honorários devidos antes de 21/12/2018, nos limites definidos na Resolução CM n. 5/2019, mediante a transferência do saldo financeiro do Fundo de Acesso à Justiça (FAJ) ao FRJ.

As atividades relativas à assistência judiciária gratuita no âmbito do Judiciário catarinense são desenvolvidas pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), a qual foi responsável pela implementação do sistema AJG/PJSC e atualmente promove a validação dos cadastros profissionais e a gestão do sistema, dos recursos e dos pagamentos, além de dar o devido suporte aos usuários internos (servidores e magistrados) e externos (profissionais).

Atualmente, o sistema AJG/PJSC possui 20.027 cadastros profissionais ativos, de 10.924 advogados, 866 curadores, 8.101 peritos, 66 intérpretes e 70 tradutores.

Considerando o art. 12 da Resolução CM n. 5/2019, que prevê que, havendo disponibilidade orçamentária, os valores previstos na tabela de valores de honorários serão reajustados, por ato do presidente do Tribunal de Justiça, com base na variação de índice oficial de inflação, editou-se a Resolução GP n. 21 de 30 de março de 2022, que concedeu reajuste de 10,8%, de acordo com o IPCA acumulado no período de 3/2021 a 2/2022, com efeitos a partir de 1º/4/2022.

Em 15 de junho de 2022 foi publicada a Resolução CM n. 9 de 13 de junho de 2022, que concedeu aumento da tabela de valores de honorários, sendo esse de 50% no valor mínimo e 20% no valor máximo dos honorários advocatícios, e de 56% no valor máximo dos honorários periciais, com efeitos a partir de 1º/7/2022, de acordo com proposta apresentada pela DOF.

O limite legal de recursos destinados à AJG em 2022, correspondente a até um terço das receitas originária dos atos e serviços notariais e registrais arrecadadas no exercício financeiro, foi de R\$ 57.934.444,11.

A despesa total liquidada de AJG no exercício financeiro de 2022 foi de R\$ 56.819.317,48, sendo R\$ 55.369.765,36 relativos a honorários devidos a partir de 21/12/2018, de acordo com a Lei Complementar estadual n. 730/2018, atingindo, portanto, 95,57% do limite legal, e R\$ 1.449.552,12 relativos a honorários devidos antes de 21/12/2018, de acordo com o Convênio n. 153/2019, para a qual se utilizaram os recursos recebidos do FAJ.

A despesa incorrida diz respeito a 96.201 pagamentos de honorários a profissionais que atuaram em benefício dos hipossuficientes, quantitativo de 102.789 pessoas assistidas pela AJG.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14267 – Prestação de Assistência Judiciária Gratuita	68.362.176,02	56.819.317,48 ^[1]
Principais produtos/serviços ofertados		
TOTAL DE CADASTROS ATIVOS: 20.027		
Advogados – 10.924		
Curadores Advogados – 866		
Peritos – 8.101		
Intérpretes – 66		
Tradutores – 70		
NÚMERO DE PESSOAS ASSISTIDAS: 102.789		
REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO PROCESSADAS: 96.201		
LIMITE LEGAL DE RECEITA DO FRJ DESTINADA À AJG: R\$ 57.934.444,10		
VALOR TOTAL DA DESPESA LIQUIDADA DE AJG: R\$ 56.819.317,48		
Valor liquidado de honorários: R\$ 47.091.109,31		
Valor liquidado de INSS patronal: R\$ 9.418.221,86		
Valor ressarcido ao Tesouro Estadual: R\$ 309.186,31		
Valor ressarcido ao INSS (ações acidentárias): R\$ 800,00		

[1] Dos quais R\$ 1.386.780,87 foram liquidados e pagos por meio de restos a pagar do empenho de 2021.

› 3.2.7. Capacitação e aperfeiçoamento

A Academia Judicial (AJ) é o órgão de educação no Judiciário catarinense e realiza diversas ações formativas, de atualização e de aperfeiçoamento de magistrados, servidores e colaboradores, visando aprimorar o trabalho desenvolvido na instituição e entregue à sociedade.

Nesse contexto, como um elemento integrante da estratégia organizacional, dentro do mapa estratégico do PJSC, a AJ está inserida na perspectiva “Pessoas e Recursos”, com o objetivo de “Desenvolver permanentemente conhecimentos, habilidades e atitudes”, sendo a responsável pela efetivação da aprendizagem organizacional, aumentando ou aprimorando as competências organizacionais.

Entre as ações formativas desenvolvidas pela AJ, os cursos podem ser classificados em formação inicial, formação continuada e formação suplementar. No que diz respeito à modalidade, podem ser a distância (com tutoria ou autoinstrucional), de forma presencial ou semipresencial. No tocante ao porte, são classificados como cursos ou eventos.

A organização do ensino da AJ ainda contempla os programas institucionais que têm por finalidade a promoção de ações de formação de políticas educacionais ligadas ao planejamento estratégico do Tribunal de Justiça, por intermédio de parcerias direcionadas a atender a demandas específicas da sociedade e do PJSC. Aliado aos cursos regulares de formação funcional, buscam atender à demanda interna do Poder Judiciário e são voltadas para a qualificação e o desenvolvimento de habilidades e de competências dos magistrados e servidores para o enfrentamento de questões complexas e estratégicas indispensáveis aos desafios emergentes do sistema público e da sociedade catarinense.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 6781- Capacitação e aperfeiçoamento – SIDEJUD	27.864.729,05	15.823.620,01
Principais produtos/serviços ofertados		
2ª Semana de Acessibilidade e Inclusão no PJSC		
Congresso Catarinense da Magistratura		
Contratações Sustentáveis em Visão Sistêmica		
Curso Administração do SCCM		
Curso Alvarás Judiciais		
Curso Aspectos Gramaticais relacionados à Elaboração de Sentenças – EAD		
Curso Aspectos Gramaticais relacionados à Elaboração de Sentenças – Presencial		
Curso Assédio Moral, Assédio Sexual e Toda e Qualquer Forma de Discriminação no Trabalho (2 turmas)		
Curso Atendimento ao Público com Qualidade (3 turmas)		
Curso Atendimento de pedidos de informações segundo a Lei de Acesso à Informação (3 turmas)		
Curso Avaliação de Bens Imóveis e Móveis		
Curso Avançado de Direção Defensiva e Evasiva (3 turmas)		
Curso Básico de Atendimento à Emergências – Treinamento para Brigadistas Voluntários		
Curso Básico de Cumprimento de Mandados – Compreensão e Execução		
Curso Básico de Direção Defensiva e Evasiva (3 turmas)		
Curso Capacitação para Secretaria de Foro com foco na Diretoria de Engenharia e Arquitetura		
Curso Comunicação Social, Judiciário		
Curso Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade (3 turmas)		
Curso de Capacitação para a Conciliação em JECRIM		
Curso de Formação de Facilitadores em Processos Circulares de Justiça Restaurativa		
Curso de Formação Inicial para Servidores: Eproc – Módulo Cível		
Curso de Formação Inicial para Servidores: Eproc – Módulo Criminal		
Curso de Fundamentos Básicos de Acessibilidade e Inclusão		
Curso de Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência (2 turmas)		
Curso de Nivelamento de Servidores do Poder Judiciário e Administração Pública – CNJ (3 turmas)		

Curso de Preparação de Pretendentes a Adoção (12 turmas)
Curso de Supervisão aos Instrutores da Capacitação em Depoimento Especial
Curso de Supervisão em Depoimento Especial (9 turmas)
Curso de Tiro Tático Defensivo (6 turmas)
Curso Formação Avançada de TSI
Curso Gestão da Comunicação – Atualização
Curso Gestão de Pessoas (ENFAM)
Curso Gestão de Unidades Judiciais Orientada por Dados (4 turmas)
Curso Gestão Judiciária – EaD – ENFAM
Curso Introdutório Sobre As Atribuições Previstas Na LC 501/2010 (2 turmas)
Curso Justiça, Direito de Todos: a Vítima de Crime e a Dignidade Humana – ENFAM
Curso Língua Portuguesa: Tópicos Gramaticais (3 turmas)
Curso MD100 – Windows 10 (2 turmas)
Curso Melhores Práticas de Governança
Curso Novo Painel de Sessão de Julgamento do Sistema Eproc
Curso Novo Regime Previdenciário de Santa Catarina
Curso Pacote Anticrime Módulo II – Novas Regras Processuais da Lei de Organizações Criminosas
Curso Planejamento, Gestão e Fiscalização de Contratos
Curso Prestação Jurisdicional: direito e economia
Curso Prevenção e enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e outras formas de discriminação
Curso Produtividade nas Diligências: a tecnologia a favor dos oficiais de justiça e centrais de mandados
Projeto Atualizações da Vara de Cumprimento de Sentenças Cíveis e Execuções Extrajudiciais
Curso Projeto de vida e escolha profissional dos adolescentes em situação de acolhimento – Programa Novos Caminhos
Curso Redação de Acórdãos
Curso Relações Interpessoais no Poder Judiciário de Santa Catarina (3 turmas)
Curso Sistema de Justiça e Direito da Antidiscriminação – ENFAM
Curso Supervisão em Depoimento Especial
Curso Tiro Tático Defensivo – Módulo 2: Avançado (3 turmas)
Curso Tópicos Atuais de Direito Processual Civil – ENFAM (2 turmas)
Curso Trabalho Não Presencial no PJSC (4 turmas)
Curso Tribunal do Júri – ENFAM
Descerramento do Retrato do Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Encontro de TSIs		
Encontro Nacional de Tribunais que utilizam o Eproc		
ENFAM – Formação de Formadores – Nível I – Módulo II (FOFO)		
ENFAM – Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação Judiciais		
ENFAM – Formação de Tutores no Contexto da Magistratura		
ENFAM – Fundamentos para o Trabalho do Diretor do Foro		
ENFAM – Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências sob a ótica das alterações da Lei 14.112/2020		
ENFAM – Violência Doméstica, uma questão de gênero: valores e possibilidades (2 turmas)		
Eproc – Disciplina: Avançado – Gabinete/Assessoria 1G (3 turmas)		
Eproc – Disciplina: Avançado – Gabinete/Assessoria 2G (3 turmas)		
EPROC – Disciplina: Básico – Unidades Judiciais 1G (4 turmas)		
Evento Os 50 anos do Serviço Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: a construção de uma trajetória		
Formação Básica TSI – Módulo I		
Formação Básica TSI – Módulo II		
Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais		
Formação de Formadores – Nível I – Módulo I (FOFO)		
Formação de Residentes Judiciais (2 turmas)		
Formação de Residentes Jurídicos		
Formação Inicial à Judicância Militar		
Gamificação		
Live – Programa Mães do Judiciário		
Live de abertura da Campanha Março é delas – 2022		
Live Março é delas – Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero = CNJ		
Pós-graduação "Gestão da Inovação e Inteligência Comportamental no PJSC"		
Projeto Semana de Justiça Restaurativa		
Roda de Conversa – Março é delas "Identificando a Violência"		
Roda de Conversas: PJSC sem assédio e discriminação – PRESENCIAL		
Seminários Regionais da Magistratura Catarinense: A perspectiva jurisdicional do Direito – CHAPECÓ		
Seminários Regionais da Magistratura Catarinense: A perspectiva jurisdicional do Direito – Balneário Camboriú		
Seminários Regionais da Magistratura Catarinense: A perspectiva jurisdicional do Direito – Criciúma		
Treinamento: Novo Painel de Sessão de Julgamento do Sistema EPROC		
Workshop Audiências Concentradas		
Workshop sobre Assédio Moral, Assédio Sexual e toda e qualquer forma de discriminação no Trabalho		

› 3.2.8. Documentação e informação

A Diretoria de Documentação e Informações (DDI) é o setor responsável por diagramar e disponibilizar o Diário da Justiça eletrônico; guardar e conservar os processos judiciais arquivados pelas comarcas e pelo Tribunal de Justiça, deste incluídos os processos administrativos; preservar os documentos e objetos de valor histórico; providenciar a eliminação de autos findos arquivados, observados os critérios técnicos definidos nas normas expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Justiça; recepcionar, prestar informações e controlar o acesso do público interno e externo às dependências do Tribunal de Justiça; administrar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI); e gerir o acervo bibliográfico do Poder Judiciário catarinense.

A partir do valor atribuído a esta Diretoria na Lei Orçamentária Anual de 2022 e das atribuições acima destacadas, foram distribuídos os recursos orçamentários e executados os principais projetos/atividades, conforme as prioridades da Administração e o planejamento dos setores.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14037 – Controle de acesso às instalações – SIDEJUD	1.543.439,00	521.430,16
Principais produtos/serviços ofertados		
Fornecimento de carteiras de identidade funcional para magistrados e servidores		
Fornecimento de crachás para servidores, advogados, membros do Ministério Público, residentes, estagiários, terceirizados e visitantes		
Registro de preços de catracas de acesso, software integrado de controle e registro de acesso e leitora de mesa smart card compatível com sistema integrado (Telemática)		
Contratação de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (catracas eletromecânicas e relógios ponto – Dimep) para o TJSC		

Contratação de manutenção preventiva e corretiva para as catracas de acesso e softwares instalados nas comarcas do PJSC
Contratação da prestação de serviços de malote, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Contratação de serviço de publicações de atos deste Poder no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina
Contratação de serviço de veiculação de publicações de atos administrativos do TJSC em portal de publicidade legal
Aquisição de caixas de arquivo em papelão para a Divisão de Arquivo e comarcas
Aquisição de carrinhos de transporte de processos e caixas para a Divisão de Arquivo
Aquisição de desumidificadores
Aquisição de insumos para impressão de etiquetas para caixas e processos
Contratação de manutenção para as empilhadeiras elétricas e paleteiras manuais da Divisão de Arquivo
Contratação de serviço de restauração de móveis pertencentes ao Museu do Judiciário Catarinense e ao Tribunal de Justiça
Realização de exposições (museu, biblioteca e arquivo)

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14158 – Atualização do acervo bibliográfico – FRJ	1.318.170,00	413.671,25
Principais produtos/serviços ofertados		
Contratação da plataforma Biblioteca Digital Saraiva		
Contratação de serviços de disponibilização do acesso a duas bases digitais da Editora Revista dos Tribunais		
Contratação de licença temporária para acesso e consulta a base de dados de obras da plataforma Minha Biblioteca		
Aquisição de obras bibliográficas para as bibliotecas e unidades administrativas e judiciárias		

› 3.2.9. Material e patrimônio

A Diretoria de Material e Patrimônio (DMP) é responsável por garantir a eficiência e a eficácia da cadeia logística do órgão. Está envolvida no planejamento, na coordenação e no controle de todas as atividades relacionadas a aquisição, armazenamento, distribuição e disposição de bens e serviços necessários às atividades do Tribunal.

Tem o papel de assegurar que os bens e serviços sejam entregues no prazo e com a qualidade especificada, além de garantir que as atividades de logística sejam realizadas de maneira vantajosa. Para isso, a equipe da DMP trabalha em estreita colaboração com as áreas internas do Tribunal, garantindo a integração das atividades e o bom andamento dos processos.

A DMP também é responsável por garantir o correto uso e conservação dos bens patrimoniais do Tribunal, além de fazer a gestão de contratos de prestação de serviços e de aquisição de bens e materiais.

Especificamente quanto às subações, consta a gestão de imóveis locados ou cedidos onerosamente, o que inclui a gestão administrativa e orçamentária dos contratos de locação, bem como a fiscalização administrativa do cumprimento das obrigações contratuais, com o auxílio dos beneficiários dos imóveis.

No aspecto das melhorias nas instalações mobiliárias do Tribunal, além da aquisição de mobiliário para atender às unidades judiciárias, cabe a revisão e a manutenção deles, de forma a garantir a funcionalidade e a segurança para uso.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário		Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14158 – Atualização do acervo bibliográfico – FRJ		1.318.170,00	413.671,25
Principais produtos/serviços ofertados			
Contrato	Objeto	CNPJ / CPF	2022
270/2016	Locação localizados na SC 401,4190, Edif. High Tech Business Center, Florianópolis/SC: I – 3º pavimento Torre A Edif. High Tech BC, área privativa: 1.461,81m²; II – 1 (uma) sala térrea Torre A, área privativa 27,00m²; III – 30 vagas de garagens	09.193.839/0001-68	1.196.077,04
019/2013	Locação 1 (um) galpão para abrigar processos recolhidos das comarcas pela Divisão de Arq e Memória do Judiciário – DDI, localizado no Centro Empresarial Industrial Palhoça – CEIP, Rua Raymundo Ramos da Costa Almeida s/n, Brejaru, Palhoça/ SC	05.442.208/0001-84	779.235,87
069/2020	Locação do imóvel localizado na Rua Atilio Pagnoncelli, n. 121, Centro, Herval d'Oeste/SC, CEP 89.610-000, com 3.114,12m² e matriculado sob n. 2.163 no Registro de Imóveis da Comarca de Herval D'Oeste.	04.731.984/0001-31	475.527,88
026/2022	Locação de imóvel para abrigar o Fórum da Comarca de Capivari de Baixo.	507.010.969-34	461.117,53
191/2018	Locação de 1 (um) imóvel, localizado na Rua Santa Rita, n. 100, Garopaba/SC, com área total de 404,94 m², compreendendo a loja 6 e conjuntos 1, 2, 3, 4, 7 e 8, com a finalidade de abrigar o Fórum da Comarca de Garopaba.	594.003.900-68	245.315,10

143/2014	Locação do imóvel para ampliação da estrutura do Fórum da comarca de Garopaba, compreendendo a sala 7, térreo ou primeiro pavimento, com área privativa de 30,68m² e área real total de 48,68m², localizado na Rua Santa Rita, 100, Centro, Garopaba/SC.	594.003.900-68	-
179/2013	Locação de um imóvel para abrigar o Juizado Especial da comarca de Garopaba, compreendendo a loja 8, com área real de 37,98m² localizado na Rua Santa Rita, 100, Centro, Garopaba/SC	594.003.900-68	-
117/2015	Locação da sala comercial 01, térreo e primeiro andar, do Edifício Santa Catarina	343.233.689-68	163.848,92
068/2016	Locação de 1 (um) imóvel urbano, de dois pisos, com área útil de 350 m² na parte superior e de 150 m² na parte térrea, localizado na Rua Curitibanos, 138, Centro, Caçador/SC	303.412.480-53	135.550,00
103/2014	Locação de imóvel para armazenagem de materiais e equipamentos em estoque da Diretoria de Tecnologia da Informação – Forquilha – São José	81.033.300/0001-79	135.109,86
186/2018	Locação de 1 (um) barracão de alvenaria, com área edificada de 722,23m² e uma área sem benfeitorias de 772,56m², localizado na Rua João Rogério Floriani, 40, Sagrado Corações de Jesus, Lages/SC	893.513.559-34	129.330,25
214/2019	a locação das Salas Comerciais n. 1001, 1003, 1005, 1007, 1009 e 1006, e das vagas de garagem n. 158, 177, 123 e 186, imóveis localizados no Edifício Blue Chip Centro Executivo, com endereço na Rua João Planincheck, n. 1990, Bairro Jaraguá Esquerdo, Jarag	20.499.639/0001-70	101.479,70
163/2017	Locação de Imóvel para abrigar o Juizado Especial da Comarca de Brusque	14.647.126/0001-67	98.689,44

2008213C V	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Ipumirim	82.814.575/0001-02	76.305,55
049/2015	Locação salas 202, 203, 204, 205 e 206, todas no 2º andar do Edifício Zappelini, correspondente a uma área total de 289,76 m², localizadas na Rua Theodoro Junctum, 144, Centro, Rio Negrinho, SC, para abrigar a 1ª Vara do Fórum da Comarca de Rio Negrinho.	02.266.040/0001-05	74.403,11
096/2017	Locação de 1 (uma) sala comercial situada no piso térreo do imóvel localizado na Rua Vidal Pereira de Chaves, n. 54, Centro, Campo Belo do Sul/SC, e mais 07 (sete) vagas de garagem para estacionamento privativo.	459.652.939-68	73.231,80
089/2011	Locação de um imóvel para abrigar o Fórum da comarca de Garopaba, compreendendo a loja 5, localizado na Rua Santa Rita, 100, Centro, Garopaba/SC.	532.257.089-68	66.186,89
225/2014	Locação de sala comercial no 5º andar do Mini Shopping Arantes com área de 280m² (duzentos e oitenta metros quadrados), e mais quatro vagas de garagem, localizados na Rua Prefeito José Kerigh n. 5537, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC.	047.411.299-34	64.524,69
271/2013	Locação de imóvel para abrigar o Fórum da Comarca de Meleiro, imóvel este localizado à Rua José Mezari, n. 281, Bairro Jardim Itália, Meleiro/SC	86.514.676/0001-19	62.457,12
2003008C V	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Modelo	83.021.832/0001-11	61.822,07
2018091C V	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Rio do Oeste	83.102.715/0001-82	55.000,00

177/2016	Locação da loja nº 2, com área privativa de 29,71m², área real de uso comum de 17,42m² e área real total de 47,13 m², localizada no prédio do Fórum de Garopaba, na Rua Santa Rita, n. 100, Centro, ...	125.049.710-87	17.456,19
075/2015	Locação de uma sala (loja 01-Térreo), correspondente a uma área total de 50,84356 m², localizada na Rua Antônio José Botelho, n. 100, Centro, Garopaba, SC, para abrigar o Executivo Fiscal do Fórum da Comarca de Garopaba	03.733.676/0001-82	16.645,27
206/2014	Locação de 1 (uma) sala comercial para abrigar Oficialato de Justiça e Arquivo localizada no pavimento superior do Edifício Bez Batti, situada na Rua Vidal Ramos, 10, Urussanga/SC	04.667.345/0001-54	14.005,00
040/2022	Locação de imóvel para abrigar a Unidade Judiciária de Cooperação da Comarca de Biguaçu,	611.523.589-87	12.922,81

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14021 – Melhoria das instalações mobiliárias – FRJ	2.615.877,00	1.585.736,35
Principais produtos/serviços ofertados		
Serviços de consertos de mobiliários padronizados (mesas, armários, balcões, estantes, cadeiras, poltronas, sofás, longarinas e claviculários)		
Aquisição de mobiliários padronizados (mesas, armários, balcões, estantes, cadeiras, poltronas, sofás, longarinas e claviculários)		
Aquisição de peças para manutenção de mobiliários padronizados		

› 3.2.10. Saúde dos colaboradores

A Diretoria de Saúde (DS) é responsável por propor, orientar e executar as ações em saúde no âmbito do PJSC. Além da coordenação e supervisão das atividades da Junta Médica Oficial, presta assistência à saúde de magistrados e servidores ativos e realiza ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, como campanhas, pesquisas e divulgação.

Visando avaliar as condições de trabalho para a prevenção e o controle de danos à saúde dos magistrados e servidores, também compete à DS a realização e a gestão de exames periódicos de saúde, a análise ergonômica de ambientes, processos e condições de trabalho, assim como a participação nas análises de acidentes em serviço e de doenças ocupacionais.

Por meio das atividades realizadas pela DS é possível produzir e analisar dados estatísticos, tomando-os como subsídio para propor novas ações na área da saúde.

Composta pela Divisão de Assistência à Saúde, pela Divisão de Projetos de Ações em Saúde e pela Junta Médica, a DS exerce papel relevante para o desenvolvimento das dimensões essenciais do ser humano, visando à promoção e à preservação da saúde dos colaboradores do Judiciário catarinense.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14054 – Promoção e preservação da saúde dos colaboradores – TJ	547.151,00	455.157,59
Principais produtos/serviços ofertados		
Contratação para o fornecimento e aplicação (gesto vacinal) da vacina influenza		
Contratação de serviços de terceiros para atendimento de urgência/emergência		
Serviços de perícias médicas conforme solicitação da Junta Médica do PJSC		
Prestação de serviços continuados de análise ergonômica do trabalho (AET) com a adequação ergonômica dos postos de trabalho dos magistrados e servidores ativos (efetivos e comissionados), estagiários e residentes judiciais do Poder Judiciário		
Contratação de serviços especializados de segurança e medicina do trabalho: LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho		
Contratação de serviços especializados de segurança e medicina do trabalho: PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos		
Contratação de serviços especializados de segurança e medicina do trabalho: PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional		
Contratação de serviços especializados de segurança e medicina do trabalho: EMO – Exame Médico Ocupacional com emissão do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional		

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14095 – Promoção e preservação da saúde dos colaboradores – FRJ	547.410,00	183.427,21
Principais produtos/serviços ofertados		
Aquisição de equipamentos e materiais para a Seção Odontológica		
Aquisição de equipamentos e materiais para a Seção de Pronto Atendimento		
Aquisição de materiais para a avaliação psicológica		
Aquisição de peças para reparo e substituição de peças quebradas		
Manutenção dos equipamentos da Seção de Odontologia		
Manutenção dos equipamentos da Seção de Pronto Atendimento		
Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)		
Aquisição de acessórios ergonômicos para utilização pelos colaboradores do PJSC (base para teclado com apoio de punho)		
Despesas com prevenção e combate à Covid-19		

› 3.2.11. Comunicação institucional

O Núcleo de Comunicação Institucional (NCI), órgão de apoio da Presidência, criado em 2004 e reestruturado em 2014, é composto dos seguintes setores: Secretaria, Assessoria Técnica, Assessoria de Imprensa e Assessoria de Artes Visuais.

A atual composição conta com quase 30 integrantes entre servidores e terceirizados.

Constaram no ano de 2022 a gerência dos seguintes contratos pelo NCI: Vídeos (Contrato n. 02/2021), Vídeos (Contrato n. 43/2022), Vídeos (Contrato n. 44/2022), Clipping (Contrato 06/2018), Acordo de Cooperação Técnica n. 002/2022,

Banco de Imagens (RC), Serviços Gráficos (Contrato n. 037/2019), Jornalistas Terceirizados (Contrato n. 146/2018 – DGP) e Designers Terceirizados (Contrato n. 121/2019 – DGP).

Não houve demandas no tocante ao Acordo de Cooperação Técnica n. 003/2022 e ao contrato de publicidade, cuja licitação ocorreu em 2022, com orçamento já reservado, e assinatura em 2023 (Contrato n. 10/2023).

Entre suas atribuições, estão as seguintes:

- desenvolver, planejar e coordenar projetos, produtos e atividades de comunicação institucional;
- coordenar e articular a uniformização da comunicação institucional dos setores do Poder Judiciário do Estado;



• supervisionar publicações oficiais, impressas e eletrônicas, confeccionadas pe-los órgãos do Poder Judiciário do Estado, inclusive pelos ligados ao Gabinete da Presidência, à Corregedoria-Geral da Justiça e à Academia Judicial no que diz respeito à imagem ou às políticas institucionais;

• zelar pelo portal do Poder Judiciário do Estado e fiscalizar as publicações e atu-alizações de conteúdo;

• atender aos órgãos de comunicação;

• administrar e veicular notícias na página eletrônica e nas mídias sociais do Tri-bunal de Justiça;

• subsidiar os magistrados e servidores em entrevistas coletivas, se assim solici-tado, e auxiliar nos esclarecimentos necessários para a imprensa;

• realizar o registro escrito e fotográfico dos eventos ocorridos no Tribunal de Jus-tiça e manter arquivo das imagens, fotografias e material jornalístico produzido sobre as atividades do Poder Judiciário do Estado;

• gerenciar as mídias sociais;

• coordenar as atividades dos jornalistas sediados nas assessorias regionais;

• coordenar e executar os projetos gráficos digitais do Poder Judiciário do Estado e supervisionar a execução dos projetos impressos;

• criar e desenvolver, em conjunto com a unidade requisitante, os projetos gráficos; e

• desenvolver a arte-final e a editoração de trabalhos gráficos.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário		Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14121 – Comunicação Institucional – SIDEJUD		13.371.372,00	3.837.135,86
Principais produtos/serviços ofertados			
Atendimento de 374 formulários de pedidos gráficos (entre virtuais e impressos) pela Assessoria de Artes Visuais			
Impressão de 72.518 produtos gráficos para as 112 comarcas e unidades administrativas e judiciais do TJSC pela Assessoria de Artes Visuais (Contrato n. 037/2019)			
SOLICITAÇÃO	PROJETO	QUANTIDADE	
01	CONVITE A4	130	
02	CARTAZ IMPRESSO A4	100	
03	CARTÃO DOS APOSENTADOS	22	
04	CARTAZ IMPRESSO A4	150	
05	CARTÃO DOS APOSENTADOS	11	
06	CARTAZ IMPRESSO A4	150	
07	CARTÃO DE VISITAS	200	
09	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	1	
10	CONVITE A5	120	
12	CARTÃO DE VISITAS	250	
13	CARTÃO DE VISITAS	100	
14	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	1	
15	CARTÃO DOS APOSENTADOS	28	
16	CARTÃO DE VISITAS	200	
18	CARTÃO DE VISITAS	1800	
19	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	12500	
20	CARTÃO DE VISITAS	200	
8	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	1	
11	CARTÃO DOS APOSENTADOS	2	
21	CARTÃO DE VISITAS	100	
22	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	2000	
23	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	2000	
24	FOLDER IMPRESSO – A3	100	
25	BANNER IMPRESSO – LONA	1	
26	BANNER IMPRESSO – LONA	2	
27	BANNER IMPRESSO – LONA	3	

28	FLYER IMPRESSO	5000
29	BANNER IMPRESSO – LONA	1
30	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	28
31	CARTÃO DE VISITAS	200
32	CARTAZ IMPRESSO A3	2
33	CARTAZ IMPRESSO A4	1
34	CARTÃO DOS APOSENTADOS	25
35	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	14
36	CARTAZ IMPRESSO A4	20
37	CARTÃO DE VISITAS	300
38	CARTÃO DOS APOSENTADOS	1
40	FOLDER IMPRESSO – A3	100
44	BANNER IMPRESSO – LONA	1
45	FLYER IMPRESSO	1000
46	BANNER IMPRESSO – LONA	1
47	CARTAZ IMPRESSO A4	10
48	BANNER IMPRESSO – LONA	1
41	CARTILHA – A5 – ATE 24 PGS	2000
42	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	2000
44	CARTAZ IMPRESSO A3	500
43	CARTAZ IMPRESSO A3	1000
39	CARTILHA – A4 – 52 A 152 PGS	1000
49	BANNER IMPRESSO – LONA	1
50	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	5000
51	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	5000
52	BANNER IMPRESSO – LONA	19
53	CARTÃO DOS APOSENTADOS	2
54	FOLDER IMPRESSO – A3	100
55	CARTAZ IMPRESSO A3	18
56	CARTAZ IMPRESSO A3	70
57	FOLDER IMPRESSO – A4	1500
58	CARTÃO DE VISITAS	100
59	ENVELOPE A5	500
60	CARTILHA – A4 – 52 A 152 PGS	20

61	IMPRESSÃO COLORIDA A4	20
62	BANNER IMPRESSO – LONA	1
63	CARTÃO DOS APOSENTADOS	24
64	CARTAZ IMPRESSO A3	2000
65	CONVITE A5	25
66	CARTAZ IMPRESSO A3	1005
67	CARTAZ IMPRESSO A3	105
68	CARTAZ IMPRESSO A4	8
69	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	5
70	BANNER IMPRESSO – LONA	1
71	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	5
72	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	2
73	CARTAZ IMPRESSO A4	10
74	CARTAZ IMPRESSO A3	542
75	BANNER IMPRESSO – FOTOGRAFICO	271
76	CARTAZ IMPRESSO A3	112
77	FLYER IMPRESSO	3000
78	CARTÃO DOS APOSENTADOS	12
79	CARTAZ IMPRESSO A4	34
80	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	4000
81	REVISTA OLHARES	400
82	CARTÃO DE VISITAS	250
83	CARTAZ IMPRESSO A4	150
84	CARTAZ IMPRESSO A4	146
85	CARTAZ IMPRESSO A4	150
86	CARTAZ IMPRESSO A4	208
87	FOLDER IMPRESSO – A4	2500
88	CARTAZ IMPRESSO A4	235
89	CARTÃO DE VISITAS	100
90	CARTILHA – A5 – ATE 25-64 PGS	11000
91	FOLDER IMPRESSO – A4	250
92	CARTAZ IMPRESSO A4	1
93	CARTAZ IMPRESSO A4	1
94	CARTAZ IMPRESSO A4	50
95	CARTAZ IMPRESSO A4	175
96	CARTÃO DOS APOSENTADOS	13

100 imagens do Banco de Imagens para utilização nos materiais gráficos

Realização de Vídeos jornalísticos/animação pelas empresas contratadas:

1 Jornalístico até 90 s – R\$ 600,00 (Contrato 02/2021)

1 Jornalístico até 5 min – R\$ 350,00 (Contrato 02/2021)

1 Jornalístico até 5 min – R\$ 350,00 (Contrato 02/2021)

1 Jornalístico até 90 s: R\$ 1.470,00 (Contrato 43/2022)

1 Animação até 90 s: R\$ 1.070,00 (Contrato 43/2022)

Veiculação diária de vídeos e áudios nas emissoras de TV e rádio de Santa Catarina conforme tabelas abaixo

CONVÊNIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Relatório de Veiculação e Investimentos - 2022

RÁDIO

MESES	Nº Inserções MÊS por emissora	Nº Inserções TOTAL	Quantidade Emis- soras Rádio
Setembro	60	14400	240
Outubro	84	20160	240
Novembro	79	18960	240
Dezembro	79	18960	240
TOTAL ANO	-	72480	-

CONVÊNIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

Relatório de Veiculação e Investimentos - 2022

TV

MESES	Nº Inserções TOTAL	Quantidade Emissoras Rádio
Setembro	372	10
Outubro	536	10
Novembro	530	10
Dezembro	506	10
TOTAL ANO	1944	-

365 clippings incluindo matérias de jornal, rádio e TV de todo o Brasil relacionadas ao Judiciário (Contrato 06/2018).

› 3.2.12. Inteligência e segurança institucional

O Conselho de Segurança Institucional é o órgão vinculado à Presidência que objetiva primordialmente estabelecer ações focadas na garantia da segurança de magistrados, de servidores e do patrimônio do PJSC.

Em 2018, por meio da Resolução GP n. 10 de 21 de março de 2018, o TJSC

criou o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), voltado a salvaguardar a integridade tanto das pessoas que trabalham no Poder Judiciário quanto do público por ele atendido, além de resguardar o patrimônio público e o de quem frequenta as unidades da instituição.

A Resolução GP n. 11 de 14 de fevereiro de 2022 remodelou e regulamentou a estrutura tanto do Conselho de Segurança Institucional quanto do NIS, mas manteve o foco nas atividades voltadas à segurança da instituição como um todo: seus membros, usuários e patrimônio.

Programa: 0930 – Gestão Administrativa – Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14039 – Proteção do patrimônio público e das pessoas – SIDEJUD	23.687.445,25	2.344.372,78
Principais produtos/serviços ofertados		
153 atendimentos a pedidos de apoio de magistrados e servidores da instituição (distribuídos em todo o Estado), bem como de autoridades de outras instituições que requisitaram apoio do PJSC para escolta e segurança aproximada. Incluem-se no quantitativo os atendimentos a magistrados em situação de ameaça em razão da atividade funcional		
147 atendimentos de ocorrências de crimes e contravenções envolvendo o PJSC		
Atendimento de magistradas, servidoras, terceirizadas e estagiarias vítimas de violência doméstica em conjunto com a Cevid conforme Resolução GP n. 53 de 8 de agosto de 2022, além de realização de palestra de orientações nas Comarcas de Anchieta, Dionísio e Florianópolis, com expansão as demais regiões no ano de 2023.		

Inúmeras visitas técnicas a unidades judiciárias para confecção de diagnósticos de segurança física de instalações
119 relatórios de inteligência produzidos
122 magistrados atendidos
Realização de 13 cursos de autoproteção (diversas modalidades: tiro tático, direção defensiva básico e avançado) para magistrados e servidores – ministrado pela equipe do NIS e Casa Militar
Realização de 13 testes de capacitações técnicas para manuseio de armas de fogo entre os magistrados do Poder Judiciário de Santa Catarina
Participação de representantes do NIS em vários cursos/capacitações realizados por outras instituições, todos voltados ao aperfeiçoamento das atividades de inteligência e segurança institucional e de aplicabilidade nas atividades desenvolvidas pelo Núcleo no âmbito do Judiciário catarinense
Instalação de 16 escâneres raios x de bagagem distribuídos na sede do TJSC, nas comarcas de entrância especial e em algumas de comarcas de entrância final
Instalação de 8 pórticos detectores de metais nas comarcas de entrâncias especial e em algumas de entrância final
Modernização e manutenção do Sistema de Segurança Institucional (SSI/TJSC), utilizado para gestão interna das atividades desenvolvidas pelo NIS. O sistema foi desenvolvido e implantado por integrante do setor, motivo por que não houve despendimento de recursos, pelo PJSC, referente à contratação de empresa para criação e implementação da ferramenta tecnológica
Diversas adesões de outros Tribunais do Brasil ao Convênio n. 129/2019, celebrado inicialmente entre TJSC e TJMA (entre eles, TJAL, TJMG, TJGO, TJTO, TRT-SC, PGR, MPPE, MPRJ, STF)
Aplicação do plano de trabalho referente ao Convênio n. 106/2018, firmado entre TJSC e SSP, resultando na aquisição de armamentos e munições para utilização das equipes do NIS e nas instruções de tiro ministradas para magistrados e servidores
Estruturação material do NIS, com aluguel de dois veículos utilizados no atendimento de magistrados e servidores (automóveis modelo Corolla)
Inclusão de mais seis policiais na equipe do NIS
Estruturação material do NIS com aquisição de equipamentos necessários para os treinamentos realizados e para modernização dos cursos oferecidos (coldres velados de Kydex, coldres para armas de treinamento, marcador de paintball, alvos 3D)
Estruturação material do NIS para realizar a aplicação dos testes de aptidão técnica para manuseio de arma de fogo dos magistrados ativos do PJSC (12 coldres PT938 / 940 / 945 – destro, 12 coldres PT 938 / 940 / 945 – canhoto, 12, 40 porta-carregadores duplo .40 (Taurus), coldres e portas carregadores externos)
Estruturação material do NIS com aquisição de mais dois kits de sistema luminosos para veículos descaracterizados, em virtude do aluguel de dois automóveis para compor a frota
Acompanhamento das manutenções dos sistemas de aparelhos de raios X, escâneres e câmeras de monitoramento
Apoio nas reformas patrimoniais dos setores sensíveis que requerem acompanhamento para garantia da segurança atual e futura das instalações

› 3.2.13. Desenvolvimento de políticas socioambientais

A Secretaria de Gestão Socioambiental é setor da Diretoria-Geral Administrativa responsável pelo fomento às práticas de sustentabilidade corporativa do TJSC e pela execução de parte dessas atividades com vistas ao desenvolvimento sustentável da instituição. Atua nas áreas de desenvolvimento da sustentabilidade corporativa, gestão de resíduos e comunicação socioambiental.

O setor é integrante da Comissão de Gestão Socioambiental, órgão do Gabinete da Presidência composto pelo Núcleo Administrativo e pelas diretorias administrativas, com foco na elaboração, no acompanhamento e na execução do Plano de Logística Sustentável, que consiste em um instrumento plurianual alinhado ao planejamento estratégico para a concretização da política de sustentabilidade.

Em razão do caráter transversal dos temas, os modelos, os processos e as práticas de gestão organizacional de promoção da sustentabilidade permeiam todos os níveis do Poder Judiciário e, portanto, não são exclusivos de uma área ou de um conjunto de serviços. Essa prerrogativa transparece nos critérios de sustentabilidade apresentados no Plano de Contratações Anual.

Atualmente, o tema orçamentário de desenvolvimento de políticas socioambientais recai sobre o portfólio de gestão de resíduos, que inclui a aquisição de materiais para a coleta seletiva; os serviços de coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos recicláveis; os serviços de coleta, transporte, procedimentos de destruição, fragmentação ou inutilização, e destinação ambientalmente adequada de bens e materiais inservíveis, de bens apreendidos e de documentos sigilosos, entre outros serviços especializados. Por meio dos serviços, foram encaminhadas de forma ambientalmente adequada mais de 146 toneladas de resíduos de diversos tipos.

Além de responder à Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n. 12.305/2010, a adequada gestão desses materiais nos órgãos judiciários é objeto da Resolução n. 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que realiza o monitoramento da geração e da destinação dos resíduos.

Programa: 0931 – Gestão Estratégica e Modernização do Poder Judiciário	Dotação Atualizada	Liquidado
Subação: 14034 – Melhoria das instalações mobiliárias – FRJ	673.410,00	267.538,74
Principais produtos/serviços ofertados		
Prestação de serviços de coleta, transporte, armazenamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos recicláveis		
Prestação de serviços de coleta, transporte, armazenamento, destruição de bens apreendidos, fragmentação de documentos sigilosos e inutilização de bens e materiais inservíveis e destinação ambientalmente adequada dos resíduos resultantes desses processos		
Prestação de serviços de coleta, transporte, armazenamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos de saúde		
Prestação de serviços de coleta, transporte, armazenamento, fragmentação de processos de segundo grau e destinação ambientalmente adequada dos resíduos resultantes desse processo		
Aquisição de contentores de armazenamento temporário		
Aquisição de conjuntos de coletores de coleta seletiva		
Aquisição de sacos plásticos para coleta seletiva		

› 3.3. Equilíbrio das contas e Responsabilidade Fiscal

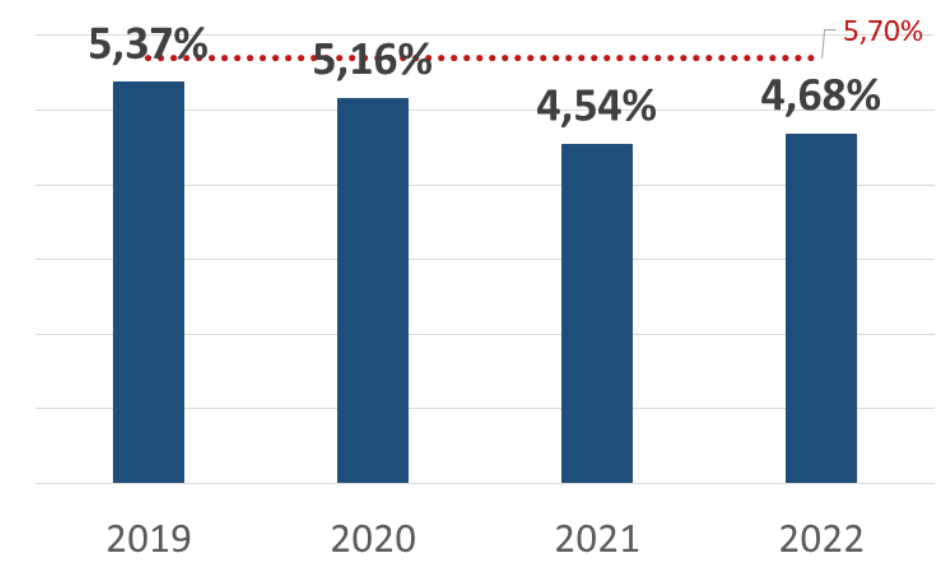
Conquanto tenha ocorrido relevante crescimento nas despesas do Poder Judiciário, esse foi alicerçado na saúde econômica da instituição. Todas as novas implementações de despesas foram acompanhadas de profundo estudo, a fim de garantir a habitual responsabilidade fiscal, que sempre regeu as decisões administrativas deste Tribunal.



Como visto, o relevante crescimento na arrecadação foi obtido graças ao aprimoramento da gestão das receitas. O espaço orçamentário criado pelo crescimento na arrecadação foi preenchido sempre visando garantir maior efetividade na prestação jurisdicional. Essa lacuna, porém, deve ser avaliada dentro de um cenário prospectivo. Isso porque a diligência na implementação de novas despesas, especialmente aquelas de caráter continuado, deve levar em conta a solidez do crescimento das receitas. Nesse ponto, retoma-se a informação de que, doravante, o Poder Judiciário enfrentará grandes desafios.

O primeiro, e mais importante deles, é o impacto do teto do ICMS sobre o repasse duodecimal. Ainda restam dúvidas sobre a realização da receita do citado imposto prevista na LOA para 2023. Ainda, as receitas do Sidejud e Extrateto dos Interinos têm como característica a precariedade. O retorno da taxa Selic a patamares reduzidos pode suprimir repentinamente a receita. Da mesma forma, o provimento de serventias judiciais vagas impactará ruinosamente as receitas obtidas com o faturamento que excede o teto remuneratório dos ministros do STF. Sendo assim, as receitas já obtidas devem ser aplicadas no atendimento das necessidades públicas, mas é indispensável que se mantenha a postura de cautela e constante vigilância.

O gráfico abaixo mostra que as despesas com pessoal do Poder Judiciário estão bem abaixo do limite de alerta previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.



Além disso, é importante destacar que o Tribunal de Justiça contribuiu com o Estado de Santa Catarina no atingimento do limite de 95% das Receitas Correntes destinados a Despesas Correntes.

A EC 109 inseriu no texto da Constituição Federal o art. 167-A, que prevê que, caso o Estado ultrapasse esse limite, incorrerá em diversas proibições semelhantes às aquelas incorridas pela Lei Complementar n. 173/2020.

Diante disso, com suas despesas correntes em R\$ 2,934 bilhões e com receitas líquidas disponíveis a este Poder em R\$ 3,542 bilhões, pode-se afirmar que o Poder Judiciário comprometeu em despesas correntes 83% das receitas correntes disponíveis para aplicação.

Ainda, para garantir o equilíbrio das contas públicas, este Poder Judiciário cumpriu rigorosamente o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seu art. 9º, prevê que a cada bimestre o gestor deve verificar se as receitas arrecadadas nas fontes de recursos estão de acordo com a previsão na Lei Orçamentária Anual. Caso ocorra arrecadação inferior à estimativa

inicial, proceder-se-á com a “limitação de empenho”. Isso significa que parte do orçamento será contingenciado, de forma a retomar o equilíbrio orçamentário e financeiro, ou seja, receitas iguais às despesas.

Desse modo, em cumprimento ao dispositivo legal, este Tribunal promoveu o ajuste fiscal e publicou esses atos nas Resoluções GP n. 22, 39, 51 e 64 de 2022. Sendo assim, ao final do 5º bimestre, verificou-se por meio da tendência de arrecadação que, apesar, de forma conjunta, de ter havido previsão de ocorrência de excesso de arrecadação, foi necessária a realização de contingenciamento nas fontes de recurso específicas para as quais se projetava déficit.

Em decorrência do déficit de arrecadação de determinadas fontes de recursos, realizou-se o contingenciamento nos valores abaixo.

	Unidade orçamentária	CFP	Subação	Natureza da Despesa	PR	Valor (R\$)
1	030001.03001 - Tribunal de Justiça do Estado	02 122 0930 0949	6777 Administração de pessoal ativos e encargos - TJ	319011 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	260	7.026,04
2	030091.03091 Fundo de Reaparelhamento da Justiça	02 122 0930 0170	6786 Garantia das prestações de serviços extrajudiciais FRJ - SELO	339093 - Indenizações e restituições	212	9.263.445,20
3	030091.03091 Fundo de Reaparelhamento da Justiça	02 061 0930 0662	14267 Prestação de Assistência Judiciária Gratuita - FRJ	339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	219	10.143.815,57

Com isso, evitou-se empenhar valores superiores à arrecadação que se realizaria no ano.

**INDICAÇÃO DO ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL, NOS TERMOS DO ART. 6º, XIII, DA LEI
N. 8.666/1993 (ANEXO V, ITEM V, B)**

Diário de Justiça Eletrônico, disponível no sítio do PJSC, em <http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/#/main>

ANEXOS

Anexo_I_Item_I_o (benefícios RPPS)

Anexo I, I, n, e V, III, b (parte I)

Anexo I, I, n, e V, III, b (parte II)

Anexo_V_III_a (valores)

Anexo_V_III_a (quantidades)

Anexo V, III, b (terceirização)

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) - (Anexo I, Item I, alínea “o”)

Exercício:			2022
Benefícios Previdenciários mantidos pelo Tesouro Estadual ou por RPPS	Quantidade no Início do Exercício	Quantidade no Final do Exercício	Despesa Anual da Folha de Pagamento por Tipo de Benefício
Aposentadorias civis (19)			-
Pensões por morte (20)	0	0	-
Reserva e Reforma remunerada (21)	0	0	-
Complementação de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (22)	0	0	-
Complementação de pensão de Aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do RGPS) (23)	0	0	-
Total			
NOTAS:			
(19) Incluir os inativos/aposentados mantidos pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.			
(20) Incluir os pensionistas cujo instituidor da pensão era agente público mantido pelo Tesouro Estadual e pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.			
(21) Incluir os Militares da Reserva Remunerada ou Reformados, inclusive os Bombeiros Militares			
(22) Incluir os inativos que recebem complementação de aposentadoria (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social -RGPS), se houver.			
(23) Incluir os pensionistas que recebem complementação de pensão (complemento em relação ao valor percebido do Regime Geral de Previdência Social –RGPS), se houver.			

Anexo I, I, n e V, III, b (parte I)

	Obras e serviço de engenharia	Compras	Serviços
Convite	5.876,75	-	-
Tomada de Preços	1.341.660,32	-	-
Concorrência	9.317.882,08	-	-
Dispensa de licitação por valor	186.902,53	1.841.262,40	2.928.015,46
Dispensa de licitação - outras	5.599.580,54	1.047.938,83	24.149.912,22
Inexigibilidade	-	460.470,94	27.298.024,82
Não aplicável	-	-	58.095.636,02
Suprimento de Fundos	-	4.845,81	15.659,95
Pregão Presencial	-	-	2.082,00
Pregão Eletrônico	773.471,57	19.697.560,80	111.583.917,14
Total FRJ	17.225.373,79	23.052.078,78	224.073.247,61
Convite	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-
Concorrência	-	-	-
Dispensa de licitação por valor	-	395.952,47	562.148,65
Dispensa de licitação - outras	-	-	5.665.595,51
Inexigibilidade	-	-	18.096.689,56
Não aplicável	-	-	40.040.119,47
Suprimento de Fundos	-	-	-
Pregão Presencial	-	-	-
Pregão Eletrônico	-	9.666.663,92	8.055.033,10
Total TJ	-	10.062.616,39	72.419.586,29
Convite	5.876,75	-	-
Tomada de Preços	1.341.660,32	-	-
Concorrência	9.317.882,08	-	-
Dispensa de licitação por valor	186.902,53	2.237.214,87	3.490.164,11
Dispensa de licitação - outras	5.599.580,54	1.047.938,83	29.815.507,73
Inexigibilidade	-	460.470,94	45.394.714,38
Não aplicável	-	-	98.135.755,49
Suprimento de Fundos	-	4.845,81	15.659,95
Pregão Presencial	-	-	2.082,00
Pregão Eletrônico	773.471,57	29.364.224,72	119.638.950,24
Total Geral	17.225.373,79	33.114.695,17	296.492.833,90

Anexo I, I, n, e V, III, b (parte II)

Número	Objeto	Credor	CNPJ	Empenho	Liquidado	Observação
2003008	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Modelo	MUNICÍPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	2021NE000497	R\$ 5.846,63	
2003008	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Modelo	MUNICÍPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	2021NE000472	R\$ 699,34	
2003008	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Modelo	MUNICÍPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	2022NE000066	R\$ 58.466,30	
2003008	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Modelo	MUNICÍPIO DE MODELO	83.021.832/0001-11	2022NE000065	R\$ 3.355,77	
2008213	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Ipumirim	MUNICÍPIO DE IPUMIRIM	82.814.575/0001-02	2021NE000500	R\$ 6.237,60	
2008213	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Ipumirim	MUNICÍPIO DE IPUMIRIM	82.814.575/0001-02	2022NE000064	R\$ 75.866,01	
2008213	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Ipumirim	MUNICÍPIO DE IPUMIRIM	82.814.575/0001-02	2022NE003499	R\$ 439,54	Despesa de exercício anterior não liquidada em época própria
2018091	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Rio do Oeste	MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE	83.102.715/0001-82	2021NE000504	R\$ 5.000,00	
2018091	Cessão de Uso onerosa destinada a abrigar o Fórum da Comarca de Rio do Oeste	MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE	83.102.715/0001-82	2022NE000077	R\$ 55.000,00	
2021018	Projeto misto indissociável de pesquisa e ensino que se compõe, na parte do ensino, por capacitação de magistrados e servidores do PODER JUDICIÁRIO na modalidade de Mestrado Profissional em Direito	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	83.899.526/0001-82	2021NE002298	R\$ 11.319,48	
2021018	Projeto misto indissociável de pesquisa e ensino que se compõe, na parte do ensino, por capacitação de magistrados e servidores do PODER JUDICIÁRIO na modalidade de Mestrado Profissional em Direito	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	83.899.526/0001-82	2022NE000003	R\$ 96.215,58	
2021018	Projeto misto indissociável de pesquisa e ensino que se compõe, na parte do ensino, por capacitação de magistrados e servidores do PODER JUDICIÁRIO na modalidade de Mestrado Profissional em Direito	FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	83.472.860/0001-02	2021NE002303	R\$ 101.875,32	
2021018	Projeto misto indissociável de pesquisa e ensino que se compõe, na parte do ensino, por capacitação de magistrados e servidores do PODER JUDICIÁRIO na modalidade de Mestrado Profissional em Direito	FUNDACAO JOSE ARTHUR BOITEUX	83.472.860/0001-02	2022NE000002	R\$ 865.940,22	
2022019	Integrar o Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça - CONSEPRE	CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	05.499.495/0001-69	2022NE001303	R\$ 60.000,00	
2022021	Associar-se ao IBGC, fazendo parte do quadro de associados na modalidade pessoa jurídica.	INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	01.082.331/0001-80	2022NE002889	R\$ 23.600,00	
2022021	Associar-se ao IBGC, fazendo parte do quadro de associados na modalidade pessoa jurídica.	INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	01.082.331/0001-80	2022NE001341	R\$ 2.240,00	

4,32	13.981.962,70
	-
57,25	2.578.752.546,03

(49)
(50)
(51)
(52)
(53)I





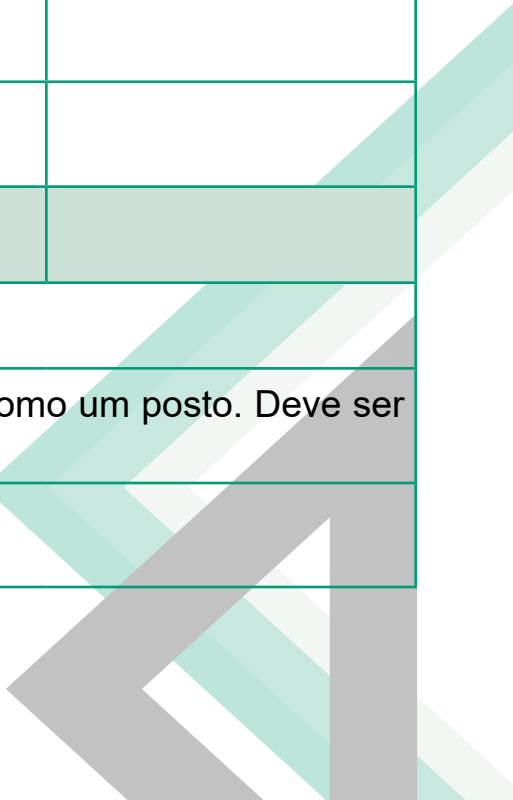
											Exercício:	2022
Contrato	MÊS									Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Janeiro			Fevereiro			Março					
	Valor Contratado	"Qtd. de postos(1)(2)"	"Valor Pago"	Valor Contratado	“Qtd. de postos(1)(2)”	“Valor Pago”	Valor Contratado	“Qtd. de postos(1)(2)”	“Valor Pago”			
089/2017 - Liderança Ltda.	1.987.320,84	551	1.668.034,52	1.996.274,75	555	1.681.465,78	1.996.274,75	564	1.707.284,04			
098/2018 - Mobra Ltda.	424.920,96	54	424.515,71	464.752,26	54	424.515,71	464.752,26	54	424.515,71			
099/2018 - Master Vig. Esp.	2.256.741,46	228	2.256.741,46	2.477.896,49	228	2.256.741,46	2.478.026,25	228	2.256.741,46			
146/2018 - Brasilrecruta	138.084,73	11	122.471,36	138.269,04	11	146.188,41	155.012,62	11	146.188,41			
061/2019 - Quadrante Soluções	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41			
062/2019 - Quadrante Soluções	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63			
088/2019 - Lince Seg. Patrimonial	23.526,65	5	22.899,27	25.724,30	5	22.708,25	25.724,30	5	21.999,55			
121/2019 - Ipiranga Serv. Terc.	41.354,04	6	41.354,04	41.354,04	6	41.354,04	41.354,04	6	41.354,04			
180/2019 - Plansul Planej. e Consult	13.555,52	2	6.143,16	13.555,52	2	6.247,28	13.555,52	2	6.247,28			
187/2019 - Liderança Ltda.	294.897,46	77	238.893,73	294.897,46	79	246.962,79	294.897,46	79	246.166,70			
004/2020 - G4F Soluções Corporativas	50.333,14	1	12.936,08	50.333,14	1	12.936,08	50.333,14	1	12.936,08			
025/2020 - PH Recursos Humanos	68.573,92	185	51.525,53									
026/2020 - Plansul Planej. e Consult	515.292,16	123	444.083,85	515.292,16	219	468.566,77	517.926,82	127	463.477,16			
046/2020 - Liderança Ltda.	285.743,39	104	262.673,76	285.743,39	104	268.857,47	285.743,39	104	269.784,08			
017/2021 - G4F Soluções Corporativas	66.567,42	13	64.940,44	66.567,42	13	66.025,09	66.567,42	13	62.228,80			
121/2021 - Plansul Planej. e Consult	741.958,74	190	465.945,93	759.665,16	191	523.649,54	759.665,16	193	533.635,91			
007/2022 - G4F Soluções Corporativas							20.423,61	4	4.555,70			
013/2022 - Criart Serv. Terc.												
TOTAL:	6.930.131,47	1.554	6.104.419,89	7.151.586,17	1.472	6.187.479,71	7.191.517,77	1.395	6.218.375,96			
NOTAS:												
(1) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.												
(2) Considerada a quantidade de postos pagos, serviços efetivamente prestados.												



CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (ANEXO I, ITEM I, ALÍNEA “N”)

											Exercício:	2022
Contrato	MÊS									Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Abril			Maio			Junho					
	Valor Contratado	"Qtd. de postos(1)(2)"	"Valor Pago"	Valor Contratado	“Qtd. de postos(1)(2)”	“Valor Pago”	Valor Contratado	“Qtd. de postos(1)(2)”	“Valor Pago”			
089/2017 - Liderança Ltda.	2.013.246,58	567	1.719.280,80	2.013.246,58	568	1.720.522,18	2.013.246,58	572	1.885.456,67			
098/2018 - Mobra Ltda.	464.752,26	54	424.515,71	464.752,26	54	464.752,26	464.752,26	54	464.752,26			
099/2018 - Master Vig. Esp.	2.477.997,68	228	2.256.741,46	2.477.881,22	228	2.256.741,46	2.477.881,22	228	2.256.741,46			
146/2018 - Brasilrecruta	155.012,62	11	137.674,90	155.012,62	11	138.084,73	155.012,62	11	138.084,73			
061/2019 - Quadrante Soluções	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41			
062/2019 - Quadrante Soluções	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63			
088/2019 - Lince Seg. Patrimonial	25.724,30	5	23.374,05	25.724,30	5	23.374,05	25.724,30	5	23.374,05			
121/2019 - Ipiranga Serv. Terc.	41.354,04	6	41.354,04	41.354,04	6	41.124,30	41.354,04	6	41.354,04			
180/2019 - Plansul Planej. e Consult	13.555,52	2	6.247,28	13.555,52	2	6.247,28	13.555,52	2	6.777,76			
187/2019 - Liderança Ltda.	294.897,46	80	248.112,51	294.897,46	80	244.755,61	318.034,79	80	268.040,99			
004/2020 - G4F Soluções Corporativas	50.333,14	1	12.936,08	50.333,14	1	9.917,66	50.333,14	2	23.716,15			
025/2020 - PH Recursos Humanos												
026/2020 - Plansul Planej. e Consult	517.863,37	129	471.061,39	529.894,96	130	479.769,28	529.894,96	130	474.688,52			
046/2020 - Liderança Ltda.	285.743,39	104	269.197,26	288.216,69	105	268.639,00	311.094,02	105	291.876,22			
017/2021 - G4F Soluções Corporativas	66.567,42	13	66.160,67	66.567,42	13	65.889,51	66.567,42	13	64.262,53			
121/2021 - Plansul Planej. e Consult	759.665,16	193	536.285,11	759.665,16	194	537.211,29	759.665,16	196	599.700,88			
007/2022 - G4F Soluções Corporativas	36.041,66	6	31.183,86	36.041,66	5	29.094,92	36.041,66	6	33.666,94			
013/2022 - Criart Serv. Terc.												
TOTAL:	7.224.015,64	1.403	6.265.386,16	7.238.404,07	1.406	6.307.384,57	7.284.418,73	1.414	6.593.754,24			
NOTAS:												
(1) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.												
(2) Considerada a quantidade de postos pagos, serviços efetivamente prestados.												

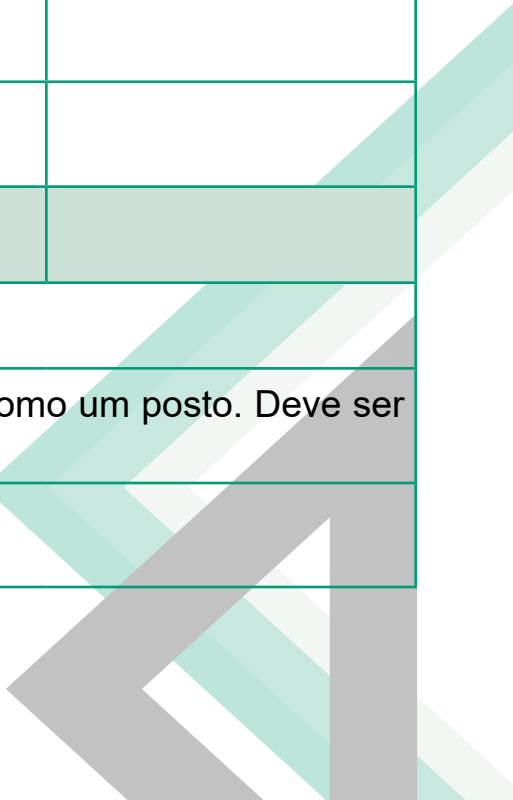




CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (ANEXO I, ITEM I, ALÍNEA “N”)

											Exercício:	2022
Contrato	MÊS									Despesa Empenhada Anual	Despesa Liquidada Anual	Despesa Paga Anual
	Julho			Agosto			Setembro					
	Valor Contratado	"Qtd. de postos(1)(2)"	"Valor Pago"	Valor Contratado	“Qtd. de postos(1)(2)”	“Valor Pago”	Valor Contratado	“Qtd. de postos(1)(2)”	“Valor Pago”			
089/2017 - Liderança Ltda.	2.013.246,58	572	1.887.255,09	2.013.246,58	572	2.617.908,90	2.013.246,58	575	1.895.514,71			
098/2018 - Mobra Ltda.	464.752,26	54	585.867,16	464.752,26	54	464.752,26	464.752,26	54	464.752,26			
099/2018 - Master Vig. Esp.	2.557.562,86	235	2.317.790,02	2.557.562,86	235	2.557.562,86	2.586.439,02	235	2.586.439,02			
146/2018 - Brasilrecruta	155.012,62	11	172.400,75	155.012,62	11	137.674,90	155.012,62	11	138.084,73			
061/2019 - Quadrante Soluções	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41	10.611,41	2	10.611,41			
062/2019 - Quadrante Soluções	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63	10.649,63	2	10.649,63			
088/2019 - Lince Seg. Patrimonial	25.724,30	5	32.317,25	25.724,30	5	23.526,65	25.724,30	5	23.526,65			
121/2019 - Ipiranga Serv. Terc.	41.354,04	6	41.354,04	41.354,04	6	41.354,04	41.354,04	6	41.354,04			
180/2019 - Plansul Planej. e Consult	13.555,52	2	6.777,76	13.555,52	2	6.777,76	13.555,52	2	9.421,32			
187/2019 - Liderança Ltda.	318.034,79	80	270.159,55	318.034,79	80	255.973,11	318.034,79	80	366.771,32			
004/2020 - G4F Soluções Corporativas	50.333,14	2	22.303,74	50.333,14	1	22.818,74	50.333,14	1	14.236,43			
025/2020 - PH Recursos Humanos												
026/2020 - Plansul Planej. e Consult	529.894,96	131	518.393,81	546.155,58	131	750.448,32	546.155,58	136	536.231,85			
046/2020 - Liderança Ltda.	311.094,02	104	290.530,62	311.094,02	104	290.123,02	311.094,02	104	385.264,88			
017/2021 - G4F Soluções Corporativas	66.567,42	13	63.313,45	66.567,42	13	66.431,84	66.567,42	12	61.008,56			
121/2021 - Plansul Planej. e Consult	762.406,56	196	605.967,55	762.406,56	204	618.228,19	762.406,56	206	878.537,75			
007/2022 - G4F Soluções Corporativas	36.041,66	6	32.996,62	36.041,66	6	26.551,67	41.957,98	7	41.957,98			
013/2022 - Criart Serv. Terc.	713.325,87	27	93.684,09	717.238,14	165	407.281,39	717.238,14	170	658.522,65			
TOTAL:	8.080.167,64	1.448	6.962.372,54	8.100.340,53	1.593	8.308.674,69	8.135.133,01	1.608	8.122.885,19			
NOTAS:												
(1) Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas como um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês.												
(2) Considerada a quantidade de postos pagos, serviços efetivamente prestados.												



CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (ANEXO I, ITEM I, ALÍNEA "N")

	325.881,63
	3.139.560,04
	85.676.435,05
como um posto. Deve ser	